

UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS
Faculdade de Direito e Relações Internacionais - FADIR
Curso de Relações Internacionais

GIOVANNA SAVAZO

**O IMPERIALISMO CULTURAL ESTADUNIDENSE COMO FERRAMENTA DE
INFLUÊNCIA NO BRASIL DURANTE A GUERRA FRIA**

Dourados -MS
Setembro 2023

Giovanna Savazo

**O IMPERIALISMO CULTURAL ESTADUNIDENSE COMO FERRAMENTA DE
INFLUÊNCIA NO BRASIL DURANTE A GUERRA FRIA**

Trabalho de Conclusão de curso apresentado à Banca Examinadora da Universidade Federal da Grande Dourados, como pré-requisito para obtenção do título de bacharel em Relações Internacionais.

Orientadora: Profa. Dra. Déborah Silva do Monte.

Dourados - MS

Setembro 2023

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP).

S264i Savazo, Giovanna

O imperialismo cultural estadunidense como ferramenta de influência no Brasil durante a Guerra Fria [recurso eletrônico] / Giovanna Savazo. -- 2023.

Arquivo em formato pdf.

Orientadora: Déborah Silva do Monte,.

TCC (Graduação em Relações Internacionais)-Universidade Federal da Grande Dourados, 2023.

Disponível no Repositório Institucional da UFGD em:

<https://portal.ufgd.edu.br/setor/biblioteca/repositorio>

1. Imperialismo Cultural. 2. Estados Unidos. 3. Brasil. 4. Guerra Fria. I. Monte, Déborah Silva Do. II. Título.

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

©Direitos reservados. Permitido a reprodução parcial desde que citada a fonte.



ATA DE DEFESA DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Em 6 de setembro de 2023, compareceu para defesa pública do Trabalho de Conclusão de Curso, requisito obrigatório para a obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais, a aluna **Giovanna Savazo** tendo como título “**O Imperialismo Cultural estadunidense como ferramenta de influência no Brasil durante a Guerra Fria**”.

Constituíram a Banca Examinadora os professores **Dra. Deborah Silva do Monte** (orientadora), **Me. Arthur Pinheiro de Azevedo Banzatto** (examinador) e **Dr. Carlos Roberto Staine Prado Filho** (examinador).

Após a apresentação e as observações dos membros da banca avaliadora, o trabalho foi considerado aprovado.

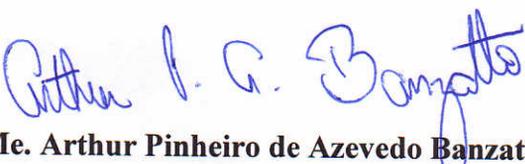
Por nada mais terem a declarar, assinam a presente Ata.

Observações: _____

Assinaturas:


Dra. Deborah Silva do Monte

Orientadora


Me. Arthur Pinheiro de Azevedo Banzatto

Examinador


Dr. Carlos Roberto Staine Prado Filho

Examinador

Perante um obstáculo, a linha mais curta entre dois pontos pode ser a curva.

(Bertolt Brecht)

AGRADECIMENTOS

Meu primeiro e mais especial agradecimento sem dúvida alguma vai ao meu querido pai que me criou com tanto amor e senso de justiça. Pai, obrigada pelo apoio não só nessa fase do TCC, mas ao longo de toda a faculdade e da vida. Obrigada por ter topado a minha ideia de vir estudar tão longe de casa e assim me permitir crescer e enxergar a vida com outros olhos. Sei que não foi fácil, mas olha onde chegamos. E sim, essa é uma conquista nossa. Mais uma etapa concluída que eu jamais teria conseguido sem você. Obrigada por ser minha maior inspiração, meu guia, meu amparo, minha referência, e investir tanto nos meus estudos. Sou extremamente grata à minha irmã também que me motiva ser uma pessoa melhor a cada dia e que é a minha pessoa favorita no mundo. Obrigada por todas as conversas e ligações de vídeos nos momentos mais não esperados (alô fuso horário) que me fizeram sentir mais pertinho e aliviar um pouco a saudade. A falta que eu senti de você e da Dara nesses anos foi enorme. Eu amo vocês. Papai e pirra, obrigada por deixarem claro todos os dias que eu não estou sozinha. Enquanto houver vocês do outro lado, aqui do outro eu consigo me orientar.

Agradeço aos amigos incríveis que a Universidade Federal da Grande Dourados me deu, em especial à Maria Gabriela, Ana Laura Taschin, Laura Conze e Karina Brasil, que se tornaram minha grande família douradense e caminharam comigo desde o início dessa jornada. Sem vocês o trajeto teria sido infinitamente mais difícil. Obrigada por cada conversa, cada palavra de conforto, cada trabalho em grupo, cada tomachá, cada nonna, cada festa e por compartilharem a melhor fase da minha vida até agora comigo.

Agradeço à minha orientadora Déborah Silva do Monte, que apesar da intensa rotina de sua vida acadêmica, sempre esteve presente me ajudando com contribuições valiosas durante o processo de escrita do TCC, assim como para uma formação mais humanizada ao longo de toda a graduação, deixando tudo mais leve. Agradeço também aos professores da UFGD como um todo, em especial ao Hermes, que mesmo sem completamente entender, quando eu mais precisei me acolheu, e ao Bruno, que com sua didática maravilhosa fez eu me apaixonar por Teoria das Relações Internacionais. Ainda, agradeço à universidade pública por um espaço de qualidade acadêmica, pesquisa e inovação e pela sua grande contribuição à sociedade através de suas atividades de extensão.

Agradeço também ao meu professor de redação do ensino médio, Bruno Guirado, que me ensinou lições valiosas sobre a escrita que me ajudaram tanto na escrita do meu TCC quanto na escrita de todos os trabalhos e artigos ao longo da faculdade.

Agradeço aos meus melhores amigos Larissa Baptista, Bruno Uliani e Henrique Strazzi que, apesar da distância, não soltaram a minha mão e sempre me incentivaram. O apoio de vocês foi e é essencial para mim. Vocês se tornaram minha família e eu não poderia ser mais grata por tudo. Obrigada por serem sinônimo de força, apoio e amor.

Agradeço ao Thiago, meu psiquiatra, que me ajudou em todos os “momentos” e à Luciane, minha psicóloga, que contribuiu muito para o meu processo de autoconhecimento. Juntos, vocês me proporcionaram uma rede de apoio extremamente necessária quando eu mais precisei.

Gostaria, também, de deixar o meu agradecimento aos meus colegas de trabalho, em especial à Fabíola, Mari e Willian, por terem me acolhido tão bem e por terem sido tão compreensivos comigo ao longo desses dois anos de estágio na PROEX. Vou guardar com muito carinho em minhas lembranças nossas manhãs no ceud, os ensaios e gravações de vídeos, todos os conselhos, conversas, palavras de encorajamento e ensinamentos compartilhados.

Agradeço à Dourados, essa cidade que me acolheu com tanto amor, que foi meu lar nos últimos 5 anos, e que pra todo sempre vou lembrar com muito carinho. Afinal, meu coração já é metade sul-mato-grossense. Tudo que vivi aqui me transformou como pessoa e como profissional e isso vou levar comigo para onde for. Obrigada por me receber Dourados, mas agora me despeço para outro capítulo se iniciar.

Por fim, gostaria de agradecer a mim mesma. A garotinha que foi estudar fora com 17 anos em 2019 não imaginava o quanto essa experiência seria transformadora na vida dela. Ela viveu muitos altos e baixos, mas eles a fizeram crescer, amadurecer, evoluir, repensar e ressignificar muita coisa. Ela aprendeu a morar e se virar sozinha, lidar com 750 km de saudade, e dar valor em coisas que antes eram rotineiras. Ela entendeu também que a distância não a fez perder as pessoas que ela ama (mas intensificou bem a saudade), assim como percebeu a importância de se adaptar às mudanças e às situações que não controlamos. Sair de São José do Rio Preto (SP) para Dourados (MS) mudou a minha vida. Por hora, esse é o encerramento do ciclo mais metamórfico que já vivi.

RESUMO

O imperialismo cultural estadunidense exerceu uma grande influência no Brasil durante os anos da Guerra Fria, uma vez que as superpotências rivais perceberam que a disseminação de seus valores e estilo de vida importava tanto quanto a luta militar e econômica para atrair aliados e enfraquecer seus adversários. Sendo assim, este trabalho propõe uma discussão de cunho descritivo e qualitativo com o objetivo de explicar como ocorreu essa dominação cultural da potência capitalista no Brasil, evidenciando a influência da cultura nas relações internacionais. Nesse contexto, é mostrado como os meios de comunicação, que ascendiam na época na América Latina, se tornaram veículos de difusão da ideologia estadunidense, através da transmissão de filmes e propagandas, servindo aos interesses norte-americanos. Por fim, é discorrido sobre o impacto dessa influência na população brasileira. Assim, essa pesquisa é importante para a compreensão de como as culturas dominantes em um contexto geopolítico e histórico específico podem influenciar estilos de vida em nações em desenvolvimento.

Palavras chaves: Imperialismo Cultural; Estados Unidos; Brasil; Guerra Fria.

ABSTRACT

The North American cultural imperialism had a significant influence in Brazil during the Cold War years. That happened because the rival superpowers realized that the dissemination of their values and way of life was just as important as military and economic struggle to attract allies and weaken their opponents. Therefore, this work proposes a descriptive and qualitative discussion with the objective of explaining how this cultural domination of the capitalist country took place in Brazil, highlighting the influence of culture in international relations. In this context, it is demonstrated how the media, which were rising at the time in Latin America, became vehicles for spreading american ideology through movies, advertisements, and broadcasts, serving the US interests. Finally, the impact of this influence on the brazilian population are discussed. Thus, this research is important for understanding how dominant cultures in a specific geopolitical and historical context can influence lifestyles in developing nations.

Keywords: Cultural Imperialism; United States; Brazil; Cold War.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

CBS	Columbia Broadcasting System
EUA	Estados Unidos da América
FMI	Fundo Monetário Internacional
NBC	National Broadcasting Company
OCIAA	Office of the Coordinator of Inter-American Affairs
ONU	Organização das Nações Unidas
RI	Relações Internacionais
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
USA	United States of America

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Personagens Pato Donald e Zé Carioca de Walt Disney.....	46
Figura 2 – Cenas documentais reais do filme “Alô amigos!” misturadas com animação.....	47
Figura 3 – O primeiro <i>Mc Donald’s</i> do ABC paulista (1987).....	49
Figura 4 – Cena de uma família típica ocidental retratada em filmes americanos na época da Guerra Fria.....	51
Figura 5 – Marcha contra a guitarra elétrica no centro de São Paulo (1967).....	54

SUMÁRIO

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS	8
LISTA DE FIGURAS	9
INTRODUÇÃO	11
1 Enquadramentos conceituais do Imperialismo	
1.1 O Imperialismo: contribuição de Lenin.....	16
1.2 O Imperialismo contemporâneo: emergência da potência estadunidense.....	18
1.3 O Imperialismo Cultural: a influência da cultura nas Relações Internacionais.....	22
2 Interações Brasil-Estados Unidos na época da Guerra Fria	
2.1 Conflito bipolar e os interesses estadunidenses no Brasil.....	27
2.2 Relações Brasil-Estados Unidos: coerção e consentimento (uma análise neogramsciana)	32
2.3 O imperialismo cultural estadunidense no Brasil.....	37
3 O papel dos meios de comunicação na propagação do imperialismo cultural	
3.1 O rádio e a televisão como instrumentos de geopolítica.....	41
3.2 Exemplos de imperialismo cultural estadunidense no Brasil.....	45
3.3 Reações e respostas brasileiras à influência cultural norte-americana.....	53
CONCLUSÃO	56
REFERÊNCIAS	60

INTRODUÇÃO

Durante os anos da Guerra Fria (1947-1991) o mundo estava dividido em dois blocos hegemônicos: um liderado pelos Estados Unidos, transparecendo os valores capitalistas e o outro liderado pela União Soviética, transparecendo os valores socialistas. Por se tratar de uma guerra geopolítica indireta, ou seja, não travada em um território específico e por isso “fria”, a luta pela influência ideológica e cultural tornou-se tão importante quanto a luta militar e econômica. Assim, ambas as superpotências perceberam a importância de disseminar seus valores e estilos de vida como forma de atrair aliados e enfraquecer seus adversários.

Os Estados Unidos, por exemplo, usaram a cultura como uma ferramenta de influência para disseminar suas visões capitalistas sobre liberdade, democracia e o estilo de vida ocidental, de modo a conquistar a simpatia e influenciar a opinião pública em diversos países ao compasso que enfraqueciam a influência de países socialistas e fortaleciam sua posição na disputa pelo poder global. Já a União Soviética utilizava os mesmos artifícios para promover sua ideologia socialista baseada nos princípios de igualdade social e propriedade estatal. Dessa forma, a competição cultural e ideológica entre as duas potências durante esse período teve um impacto significativo na geopolítica e na configuração do mundo na época (ALVES, 2004).

Essa forte influência cultural capaz de induzir comportamentos, narrativas e valores ficou conhecida como imperialismo cultural, que se refere a uma nova forma de imperialismo, cunhada por Herbert Schiller (1976) no Século XXI. Assim, diferentemente do imperialismo clássico, o imperialismo cultural não se baseia no âmbito militar de dominação, mas no cultural. No caso do Brasil, o imperialismo cultural foi uma das principais estratégias utilizadas pela potência norte-americana durante a corrida pela hegemonia mundial, pois se tratava do maior país da América Latina que possuía uma economia em crescimento e que passava por uma fase de modernização e abertura ao mundo ocidental. Além disso, também era de interesse do rival capitalista garantir sua posição como líder do continente (RODRÍGUEZ, 2013).

Sendo assim, a disseminação da cultura estadunidense no Brasil ocorreu de diversas formas, como por meio do rádio, música, cinema, televisão, moda e publicidade. A indústria cinematográfica dos Estados Unidos apresentou grande destaque nesse processo, de modo que foi responsável pela exibição de filmes que valorizavam o estilo de vida ocidental e a imagem dos Estados Unidos como um país moderno e desenvolvido. Ainda, a música e a moda também tiveram um papel importante, pois influenciaram o comportamento e estilo de vida

dos jovens brasileiros. Assim, através da difusão de sua cultura, os Estados Unidos buscaram criar uma imagem positiva de si mesmos e de seus principais valores no país latino (RIZZOTTO, 2008).

Na América Latina os veículos de comunicação exerciam controle sobre a informação e o conteúdo de sua programação, transformando-se em disseminadores dos interesse de quem exercesse maior influência sobre eles. A partir dos anos 1950, no Brasil, se iniciava a “era do rádio” que foi quando ocorreu de maneira mais acelerada a difusão dos meios audiovisuais. A televisão, por exemplo, que antes era um meio de comunicação restrito a poucas famílias, devido ao alto custo dos aparelhos e à limitação da infraestrutura de transmissão, se tornou mais acessível e se popularizou no país, tornando-se um meio de comunicação de massa. Ou seja, ela tinha a capacidade de alcançar uma ampla audiência localizada em diferentes regiões geográficas do país com diferentes origens socioeconômicas, culturais e étnicas, de modo a desempenhar um papel fundamental na formação de opinião pública e na construção da identidade cultural (TOTA, 2009). Vale ressaltar também que durante a maior parte do período da Guerra Fria, o Brasil estava sob o governo ditatorial militar. Nesse cenário, havia um interesse evidente por parte dos governantes em promover a popularização dos meios de comunicação, pois isso permitiria a veiculação de propagandas favoráveis ao regime militar, possibilitando que mensagens positivas fossem transmitidas para todo o país.

Ademais, na mesma época ocorreu a instalação de várias multinacionais americanas em solo brasileiro. Elas tinham como objetivo a expansão de seus negócios, o acesso a um mercado em crescimento, além de gerar um impacto cultural significativo na região. Com foco neste último ponto, as empresas transnacionais difundiam seus interesses culturais em terras brasileiras através de práticas de negócios, como por exemplo, pela introdução de técnicas de gestão e organização padronizadas. Isso incluiu a adoção de estratégias de marketing agressivas, a busca pela eficiência produtiva e a importância dada à inovação e ao desenvolvimento tecnológico (FERREIRA, 2012). Desse modo, o domínio cultural que os Estados Unidos exerciam no Brasil era uma das formas de “ataque” durante a guerra, pois através da padronização de conteúdos nos meios de comunicação em massa e do incentivo à vinda de multinacionais ao país por parte do governo da época, o adversário capitalista espalhava sua ideologia em terras brasileiras. Desse modo, o imperialismo cultural estadunidense consolidava e legitimava visões de mundo específicas em um campo simbólico de grande relevância, uma vez que nele se encontravam forças associadas aos interesses dos Estados.

A partir dessas informações, o objetivo deste trabalho é analisar o impacto do imperialismo cultural estadunidense no Brasil, com ênfase nas interações entre os dois países durante o período da Guerra Fria. E assim, explicar as principais razões que levaram os Estados Unidos a exercerem essa forte dominação cultural, principalmente através dos meios de comunicação em ascensão, nos países da América Latina, em especial no Brasil. Além disso, o estudo busca esclarecer o entendimento do conceito de “imperialismo” ao longo dos séculos para uma melhor compreensão sobre o que ocorreu no Brasil. Por fim, o estudo busca examinar as reações e respostas da sociedade brasileira a essa influência. Dessa forma, a problemática deste estudo consiste em discorrer sobre como a cultura brasileira foi influenciada e moldada pelo *american way of life* durante a Guerra Fria, analisando como tal influência gerou uma padronização de comportamentos e valores no país latino, além do desejo de ter o estilo de vida da potência capitalista.

Sendo assim, esse trabalho justifica-se por se tratar de um assunto fundamental para compreender como as culturas dominantes em um contexto geopolítico e histórico específico podem influenciar o modo de vida e até mesmo a formulação de políticas de países em desenvolvimento. Essa análise permite uma reflexão crítica sobre como o imperialismo cultural pode afetar a percepção dos indivíduos em relação a si mesmos e às suas sociedades. O tema ainda contribui para um melhor entendimento sobre fenômenos culturais no mundo globalizado, pois explica que através da disseminação da cultura é possível exercer grande influência sobre diversas populações sem necessariamente o uso de meios violentos para isso.

O assunto se mostra relevante também, pois muitos estudiosos e ativistas apontam para a homogeneização de culturas locais causada pela difusão de valores ocidentais sobre as culturas não ocidentais, reforçando as desigualdades globais e perpetuando relações de poder desiguais entre os países. Dessa forma, estudar a influência do imperialismo cultural estadunidense no Brasil durante o período da Guerra Fria é fundamental para compreender as dinâmicas culturais e políticas que moldaram a sociedade brasileira e suas relações com os Estados Unidos ao longo dos anos. Por fim, no que tange a academia, o tema de pesquisa é relevante para estudos de Relações Internacionais, Ciências Políticas, Comunicação, Antropologia e outros campos que se dedicam a analisar as relações entre poder e cultura.

O diálogo que se propõe nessa monografia tem como metodologia um estudo de caso, pois tratará do período específico da Guerra Fria (1947-1991) com foco na influência cultural que os Estados Unidos exerceram sobre o Brasil na época, desvelando as engrenagens e manifestações do fenômeno do imperialismo cultural. Para isso, através de uma abordagem qualitativa, materiais sobre imperialismo, cultura e poder foram selecionados e coletados a

partir de arquivos digitais bibliográficos, textos acadêmicos e acervos de bibliotecas. Sendo assim, este trabalho está dividido em três capítulos.

O primeiro capítulo traz a definição dos principais conceitos que servirão de base para o desenvolvimento deste trabalho, com o propósito de facilitar a compreensão de forma crítica e contextualizada a relação entre imperialismo, cultura e poder. Esses conceitos desempenham um papel fundamental para o entendimento das dinâmicas globais, especialmente no que diz respeito às relações internacionais, à influência cultural e ao exercício do poder. Ao explorar essas temáticas, busca-se oferecer uma visão abrangente e interdisciplinar, destacando as interconexões e os impactos mútuos entre tais termos, a fim de contribuir para uma análise das transformações que moldaram o cenário mundial durante a Guerra Fria. Desse modo, o capítulo abordará assim a contribuição de Lenin sobre o assunto (autor que popularizou o Imperialismo), a ascensão da potência estadunidense como protagonista do imperialismo contemporâneo e, por fim, a influência do imperialismo cultural nas relações internacionais.

No segundo capítulo o momento histórico analisado será contextualizado. Assim, ficarão claras as intenções dos Estados Unidos em ter o Brasil como aliado no período, e suas estratégias para isso. Ou seja, o objetivo será explicar o motivo do fenômeno do imperialismo cultural estadunidense ter ocorrido de forma estratégica no Brasil durante a Guerra Fria. Dessa forma, se tornará evidente porque essa forma de influência foi fortemente financiada pela potência capitalista que buscava a posição hegemônica no sistema internacional. Ademais, a relação Brasil-Estados Unidos será enriquecida pela análise neogramsciana, aplicada nas Relações Internacionais, em que foca nos estudos de Gramsci sobre hegemonia e nas estratégias de coerção e consentimento para manter o Brasil em posição de dominado no sistema internacional.

Por fim, no terceiro e último capítulo, o foco será analisar como a influência cultural realizada pelos Estados Unidos se manifestou na sociedade brasileira através da disseminação de conteúdos ideológicos capitalistas nos meios de comunicação de massa que ascendiam no país latino. Assim, será debatido como o rádio e a televisão serviram como instrumentos de geopolítica, uma vez que através desses meios eram transmitidos filmes, programas e propagandas de acordo com os interesses estadunidenses, que financiavam os mesmos. Além disso, imagens serão analisadas com o objetivo de ilustrar a forma como a influência dos Estados Unidos ocorria na sociedade brasileira durante o período bipolar. Em última análise, serão discutidas as respostas e reações dos brasileiros frente a tal imperialismo cultural. Nesse contexto, será explicado como o Brasil se viu inserido na cultura estadunidense, mesmo que em território nacional, para entender o porquê alguns brasileiros se reuniram em movimentos

de resistência contra a homogeneização cultural e a favor da valorização das manifestações artísticas brasileiras da época.

1 ENQUADRAMENTOS CONCEITUAIS DO IMPERIALISMO

Para um melhor entendimento do conceito de imperialismo cultural, que é o foco deste trabalho, se faz necessária uma explicação de seus termos de forma não aglutinada. Por isso, nesse capítulo serão abordados os debates sobre Imperialismo ao longo dos séculos, passando pelas interpretações de autores como Lenin e David Harvey, para, por fim, esclarecer a relação de poder que envolve o Imperialismo e a cultura. Consequentemente, se tornará mais simples a compreensão do termo “imperialismo cultural” e sua associação às ações e intenções dos Estados Unidos para com o Brasil na época do conflito bipolar pós Segunda Guerra Mundial. Desse modo, na última seção desse capítulo, o objetivo é compreender o âmbito cultural de dominação do imperialismo e a sua influência nas relações internacionais.

1.1 O IMPERIALISMO: CONTRIBUIÇÃO DE LENIN

Nessa perspectiva, o advento do imperialismo é um fenômeno histórico, econômico e político que se desenvolveu a partir do século XIX e atingiu seu mais alto grau no início do século XX. Durante esse período as principais potências europeias buscavam expandir seus territórios e seus mercados, de modo a aumentar sua influência em outras regiões do globo que ficaram conhecidas como colônias. Tais nações expansionistas se tornaram imperialistas, pois exerciam domínio sobre outras com o objetivo de controlar recursos naturais, mercados, culturas e áreas estratégicas. Assim, no século XIX, o imperialismo era descrito como o sistema político-militar-econômico dos principais países europeus, como a Inglaterra e seu Império Britânico. Já no começo do século XX, com o surgimento da União Soviética, o conceito foi revisto por teóricos marxistas, e passou a ter uma ênfase mais econômica no que tange à ação dos países capitalistas ocidentais, notavelmente os Estados Unidos, enquanto que para se referir a ações de Estados socialistas, enfatizava-se predominantemente a dimensão político-militar. É importante dizer também que para além dessa definição, o teórico político russo Lenin (1916) foi o primeiro marxista a reconhecer que o imperialismo não se tratava apenas de uma simples política, mas de uma nova era econômica no funcionamento do capitalismo. Em sua obra “O Imperialismo: etapa superior do Capitalismo”, que foca na forma assumida pelo imperialismo no início do século XX, ele previu que o fenômeno geraria guerras, lutas de classes e consequentemente, crises no sistema econômico que passava por uma transição. Ainda, o teórico político frisou também que o imperialismo levaria a conflitos

entre as potências imperialistas, pois elas competiriam entre si por mercados e recursos a fim de proteger seus interesses.

Assim, a primeira metade do século XX foi uma inegável confirmação do cenário histórico antecipado por ele com a eclosão da Primeira Guerra (1914-1918): episódio que envolveu as grandes potências europeias em uma batalha avassaladora por territórios e poder. Ainda, a Revolução Russa (1917) representou uma luta de classes intensa entre proletários e burgueses, de forma a evidenciar a exploração e as desigualdades sociais. Após isso, a Grande Depressão (1929) também confirmou suas previsões, quando a concentração de capital levou a um ciclo de expansão econômica seguido de uma crise financeira que abalou fortemente a economia capitalista global. Por fim, a Segunda Guerra Mundial (1939-1945) marcou a brutalidade das nações imperialistas, bem como as lutas de classes subjacentes aos interesses em disputa. Portanto, as análises e previsões de Lenin sobre as consequências do imperialismo no sistema capitalista foram cruciais para a compreensão da dinâmica econômica e política do século XX (ARCARY, 2005).

É importante destacar que a segunda metade do século XX, após a derrota do nazi fascismo, resultou em um acordo mútuo entre as nações imperialistas, dando início a uma nova paz armada (períodos de paz também haviam sido previstos por Lenin), pois havia o temor de que novas ondas revolucionárias eclodissem. Dessa forma, as classes burguesas, que lideravam os Estados imperialistas, aprenderam lições históricas e firmaram tal pacto político com o objetivo de restringir o progresso revolucionário. Sendo assim, diferentemente do que o filósofo Marx (1845 *apud* ARCARY, 2005, p. 127) havia previsto, o final do século XX surpreendeu os socialistas europeus, uma vez que houve uma vasta expansão do sistema capitalista, acompanhada de direitos políticos (como a expansão do sufrágio). Tal assunto será retomado na próxima seção, na qual será discutida a reformulação do conceito de imperialismo durante a segunda metade do século XX com a tentativa de compreensão do momento histórico: a Guerra Fria.

Assim, o termo “imperialismo” foi cunhado por Lenin (1916), de modo a estabelecer uma conexão entre os movimentos estruturais, econômicos, filosóficos e políticos. Para o autor, o imperialismo é um estágio avançado do capitalismo e ocorre para a sobrevivência e desenvolvimento de tal sistema econômico através da busca por mercados externos, controle de recursos naturais e dominação de áreas geográficas estratégicas. Ele explicou que o crescimento das empresas capitalistas e a busca por cada vez mais lucros levariam à concentração e a centralização do capital, resultando em monopólios e oligopólios. Tais empresas monopolistas passariam a controlar setores-chave da economia, de forma a explorar

trabalhadores e dominar mercados. Por isso, o autor via o imperialismo como uma forma de exploração e opressão das nações mais fracas e uma fonte de conflitos e guerras entre as grandes potências. Nas palavras de Lenin: “Se tivéssemos de definir o imperialismo da forma mais breve possível, diríamos que ele é a fase monopolista do capitalismo” (LENIN, 1982, p. 87 *apud* PARANÁ, E.; SILVA, 2020, p.54).

Portanto, a trajetória do conceito de imperialismo dentro da teoria marxista não foi linear. Sua origem remonta à primeira metade do Século XX, principalmente com as obras Lenin e segue seu desenvolvimento na segunda metade do Século XX, com a tentativa de compreender o contexto da Guerra Fria. Vale ressaltar que apesar das contribuições de Lenin sobre o conceito de imperialismo, a análise feita nesse trabalho não terá um viés econômico tal como o focado por ele. Isso, pois o âmbito analisado será o chamado cultural ou ideológico, em que será explicado na seção “O imperialismo cultural: a influência da cultura nas relações internacionais”. No entanto, não é possível discorrer sobre este conceito e suas conceituações contemporâneas sem mencionar as contribuições de Lenin.

Além disso, para compreender o imperialismo cultural, as obras do filósofo italiano Antonio Gramsci¹, desenvolvidas a partir da confluência deste com Lenin, serão analisadas, de modo a trazer uma leitura contemporânea do conceito de hegemonia, no qual está intimamente ligado ao conceito de imperialismo. Dessa forma, argumentos serão desenvolvidos sobre o imperialismo ter se estendido para além das fronteiras nacionais através de meios não coercitivos, buscando influenciar uma visão de mundo dominante em escala global economicamente e principalmente, culturalmente.

1.2 O IMPERIALISMO CONTEMPORÂNEO

Assim, o imperialismo contemporâneo entra em cena no momento pós Segunda Guerra Mundial, na segunda metade do Século XX:

Se no início do século XX, a colonização de países periféricos era o grande retrato político do imperialismo, após a Revolução Russa e a vitória da coalizão antifascista na Segunda Guerra Mundial, os impérios coloniais se desmontam por ação de movimentos de libertação nacional no terceiro mundo. Também no pós-Segunda Guerra se formou uma nova correlação de forças intercapitalistas, com recuos do grande capital financeiro e algumas concessões ao movimento dos trabalhadores nos países centrais do capitalismo (FERNANDES, 2020, p. 77).

1 Antonio Gramsci (1891-1937) foi um teórico político influente no período entre as duas guerras mundiais e desenvolveu suas ideias sobre hegemonia e imperialismo no século XX. Suas análises refletiam as condições políticas, sociais e econômicas daquela época (PASSOS, 2013).

Nessa época, o mundo passou por uma reconfiguração geopolítica, na qual as antigas potências coloniais europeias enfrentaram um declínio em seu poder e influência global. Enquanto isso, os EUA emergiam como a principal potência industrial, monetária e militar do mundo capitalista, assumindo o papel de guardião dessa ordem em meio à ameaça do comunismo. A intensificação da luta de classes e o crescimento de movimentos progressistas, tanto nos países centrais quanto periféricos, levaram a um aprimoramento das articulações e alianças entre as classes dominantes dos países periféricos e as classes dominantes dos países centrais. Dessa forma, articulações, como fóruns e agências, voltadas ao bom desempenho do capitalismo foram criadas. As ideias difundidas e decisões tomadas nesses locais aparentavam ser neutras, entretanto, a realidade é que elas buscavam influenciar as agendas políticas, econômicas e culturais dos países periféricos, visando o favorecimento dos países centrais (FERNANDES, 2020).

Ou seja, frente ao desmanche colonial, o sistema imperialista no pós Segunda Guerra se reestruturou, sob a liderança dos Estados Unidos, através de organizações internacionais como o Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional (FMI) e as Nações Unidas (ONU). O economista estadunidense Harry Magdoff (1978) foi um dos pioneiros em reconhecer as novas formas de imperialismo após o período de guerras. De acordo com o autor, a nova hegemonia imperialista, liderada pelos EUA, foi caracterizada pela expansão contínua dos interesses estadunidenses em relação ao petróleo, mineração e manufatura estrangeira. Vale ressaltar também, que houve a ampliação das bases militares do país capitalista ao redor do mundo, a penetração por meio de assistência militar e econômica em antigas colônias que antes eram territórios restritos às metrópoles e a internacionalização de uma complexa rede bancária no exterior, protegida pelos acordos de Bretton Woods². Sendo assim, o economista explica que enquanto os países mais desenvolvidos enfrentavam menos dificuldades com o equilíbrio de suas finanças, os países periféricos estavam mais vulneráveis e instáveis. Desse modo, Magdoff (1978) destaca a importância do dólar como a principal reserva internacional e meio de pagamento, pois garantia a liderança dos EUA no sistema imperialista da época e permitia que eles financiassem seu *déficit* nas finanças utilizando os excedentes dos países mais pobres e de outros países mais ricos. Desse modo, ao promover uma ideologia de livre

2 O Acordo de Bretton Woods foi uma conferência realizada em 1944 para estabelecer um novo sistema financeiro e monetário internacional após a Segunda Guerra Mundial com o propósito de promover a estabilidade e cooperação econômica global. O dólar americano foi estabelecido como a principal moeda de reserva e as taxas de câmbio foram fixadas em relação ao dólar (BORDO, 2007).

comércio e desenvolvimento, os Estados Unidos estabeleciam sua hegemonia através de um sistema de neocolonialismo influenciado por corporações multinacionais, predominância do dólar e diversas bases militares espalhadas pelo mundo.

Dessa maneira, através do seu viés econômico, Magdoff (1978) sintetiza algumas alterações estruturais no sistema imperialista em comparação ao período "clássico" examinado por Lênin. Além do colapso do sistema colonial e a emergência dos EUA, ele cita o surgimento do complexo militar-industrial, tal como o surgimento de empresas multinacionais (como bancos multinacionais) e seu crescente alcance na periferia, além de mencionar que os interesses da indústria multinacional militar estavam sendo priorizados nas agendas dos Estados. Por conseguinte, ele percebeu que essa descrição se aplicava principalmente aos Estados Unidos, mas que também valia para outras potências concorrentes. Ou seja, esse novo imperialismo que começava a surgir, chamado de "imperialismo tardio" pelos autores John Bellamy Foster e Fred Magdoff, era usado para descrever as formas contemporâneas de relações de poder. Eles afirmam que a base econômica do imperialismo tardio seria o capitalismo monopolista-financeiro³, que combinaria a estagnação econômica e financeirização. Assim:

A nova fase do imperialismo que surgiu no final do século XX e início do século XXI foi descrita como um sistema de capital monopolista-financeiro global ou um capitalismo de "monopólios generalizados". Nesse sistema imperialista mais integrado, quinhentas corporações respondem por quase 40% da receita mundial, enquanto a maioria das outras empresas na economia mundial está enredada nas teias dessas empresas gigantescas, existindo como suas simples subcontratantes. Produção e circulação são agora organizadas na forma de cadeias mercantis globais, servindo para destacar os diferentes papéis de centro e periferia dentro dessas mesmas cadeias Norte (...). O aumento do controle imperialista sobre as finanças e as comunicações globais são partes inerentes deste processo, sem as quais a globalização da produção não seria possível (FOSTER, 2019, p. 08).

Portanto, nesse trecho o autor destaca a relação entre as cadeias mercantis globais, o controle imperialista sobre finanças e comunicações e a possibilidade de globalização da produção. Primeiramente, a organização das cadeias mercantis globais reflete uma estrutura econômica em que há uma hierarquia entre países do centro e países da periferia atuando nessas cadeias. Essa dinâmica está intrinsecamente ligada ao imperialismo, no qual as nações

3 O capitalismo monopolista-financeiro refere-se a uma forma de capitalismo em que grandes empresas e instituições financeiras têm um domínio significativo sobre a economia. Essas empresas operam em setores-chave e muitas vezes têm controle monopolista ou oligopolista sobre os mercados. Nesse contexto, a busca por lucros é impulsionada pela financeirização, ou seja, pela obtenção de ganhos através de atividades financeiras em vez de produção e investimentos produtivos (PALLUDETTO, 2014).

dominantes exercem influência sobre as regiões periféricas, impactando não apenas as relações comerciais, mas também os aspectos culturais.

Já sobre o advento da globalização, fenômeno oriundo da revolução tecnológica e incentivado pelo sistema capitalista, remete às transformações econômicas e culturais ocorridas, inicialmente, nas últimas décadas do século XX. De acordo com Rodrigues et al. (2001), nessa época, o aumento do controle imperialista sobre as finanças e as formas de comunicação global desempenhou um papel crucial nesse processo. Tais mecanismos de controle permitiam que os países centrais promovessem sua cultura, ideologia e valores de forma ampla, atingindo diferentes partes do mundo. Assim, através dos fluxos financeiros e da infraestrutura da comunicação, as potências hegemônicas exerciam influência cultural, induzindo percepções, comportamentos e padrões de consumo das populações locais. Seguindo essa lógica, “fica claro que as sociedades contemporâneas vêm sendo moldadas de acordo com as regras da sociedade global – aqui compreendida enquanto processos e estruturas de diversas ordens, que funcionam por vezes de modo desigual e contraditório” (RODRIGUES et al., 2001, p. 97).

Por fim, no final do século XX e início do século XXI, também surgiu uma nova interpretação do conceito de imperialismo, em meio ao progresso global do modelo neoliberal. Nesse período, os teóricos marxistas argumentavam que o termo “globalização” era, na verdade, um eufemismo para o que o geógrafo David Harvey⁴ chamou de “novo imperialismo”: este se refere a uma nova forma de dominação baseada em estratégias políticas e culturais das nações dominantes sobre as periféricas (HARVEY, 2005). Com foco nos Estados Unidos, Harvey citou ações da potência em emergência, como a ocupação neocolonial de territórios, sua forma de ditar os rumos do capitalismo e o estado de guerra permanente, as quais apontavam para o ressurgimento de um poder imperial. Sendo assim, em seu trabalho Harvey abordou as complexas dinâmicas da globalização e como ela estava interligada com o imperialismo moderno. Ele argumentou que o termo "globalização" estava sendo utilizado de forma dissimulada, ocultando o que ele via como a continuação das estruturas de dominação das nações dominantes sobre as periféricas. Assim, o trabalho de David Harvey trouxe uma perspectiva crítica e analítica importante para entender as relações globais no contexto da globalização, enfocando as formas contemporâneas de imperialismo e

4 David Harvey, nascido em 1935, é um renomado geógrafo e teórico social britânico-americano. Ele é conhecido por suas contribuições no campo dos estudos urbanos e da geografia crítica, bem como sua análise do imperialismo contemporâneo. Harvey adota uma abordagem marxista em suas análises, explorando as relações entre o capitalismo, o espaço urbano e as dinâmicas de poder global (GIRELLI, 2015).

a influência das nações dominantes sobre as nações periféricas. Sua abordagem teórica continua a ser relevante para os debates sobre política internacional, economia global e poder geopolítico até nos dias atuais.

Trazendo tal lógica para o âmbito cultural, o crítico marxista norte-americano Fredric Jameson afirma que a cultura é um elemento determinante do modo de vida contemporâneo (marcado pelo individualismo e pelo consumismo) e que tem o poder de fortalecer e consolidar o capitalismo como forma de vida padronizada, vista como benéfica para todos. Por isso, segundo Girelli (2015, p. 84) “[...] compreender a reprodução cultural significa entender uma das formas de sustentação do modo de produção capitalista, uma vez que se trata da reprodução de uma maneira coletiva de viver, sustentada pelos indivíduos”.

Portanto, fica claro que a discussão do conceito de “imperialismo” não é recente e tem sido objeto de análise por pesquisadores em geral, passando por diversas reformulações ao longo dos anos. Contudo, a essência de seu significado sempre é pautada em nações centrais que exercem diferentes formas de controle e dominação sobre outras nações periféricas. Dessa forma, na segunda metade do Século XX começava o que aqui nesse trabalho será desenvolvido como imperialismo cultural. Vale ressaltar que apesar do fenômeno ter um efeito mundial, o foco analisado será o impacto cultural que a potência estadunidense que emergia exerceu sobre o Brasil durante os anos da Guerra Fria.

1.3 O IMPERIALISMO CULTURAL: A INFLUÊNCIA DA CULTURA NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Assim, entendida a origem do conceito de imperialismo, o termo cultura abre um leque para diversas interpretações dentro das Ciências Humanas. Quando se discute sobre imperialismo cultural, o vocábulo é empregado para se referir a uma forma de dominação imperialista que é distinta da política, militar e econômica, atuando especificamente na esfera cultural. A Antropologia, campo de estudo que se dedica a entender e explicar a cultura, diz que ela pode ser definida como um conjunto de valores, normas, práticas, costumes, símbolos e conhecimentos compartilhados por um grupo de indivíduos. Essa ciência humana explica que a cultura molda o comportamento humano e influencia a maneira como os seres humanos interpretam e interagem com o mundo ao seu redor (LARAIA, 2013). Dessa forma, a cultura engloba aspectos da vida humana, como linguagem, religião, arte, música, culinária e até mesmo práticas econômicas, políticas e sociais. Nessa lógica de raciocínio, além de ocorrer o exercício da cultura no ambiente doméstico, também ocorre o encontro das culturas no

ambiente internacional, de modo que elas se relacionam entre si e transformam seus espaços. Ou seja, existe uma estreita relação entre cultura e relações internacionais, pois o conjunto das complexidades culturais estipula e influencia as dinâmicas globais.

O antropólogo Clifford Geertz (1989) discute em sua obra a relação entre cultura e hierarquia social. Ele explica que a concepção predominante do conceito de “cultura” se refere a um repositório do que é considerado mais refinado e significativo produzido pela humanidade. Ou seja, ao vocábulo foi introduzido noções de hierarquia e desenvolvimento humano, de forma que determinadas culturas são consideradas mais evoluídas ou mais avançadas que outras. Ele destaca que essas hierarquias podem se basear em diversos fatores, como riqueza econômica, *status* social, poder político, gênero, idade ou pertencimento étnico. Além disso, ele diz que tais hierarquias influenciam a distribuição desigual de recursos e oportunidades, mas principalmente, moldam a forma como os indivíduos percebem a si mesmos e aos outros. Essa perspectiva, que insere graus de hierarquia sobre a cultura, destaca padrões estéticos e morais que se autodefinem como universais, negligenciando a diversidade cultural e as particularidades históricas dos objetos que são categorizados.

Nesse sentido, a cultura europeia e a cultura estadunidense são vistas como superiores através de um olhar eurocêntrico em que o sociólogo português Boaventura de Souza Santos critica ao dizer que nenhuma cultura é completa e todas possuem lados bons e ruins: “aumentar a consciência de incompletude cultural é uma das tarefas prévias à construção de uma concepção emancipadora e multicultural dos direitos humanos” (SANTOS, 2006, p.446). Por isso, fica claro que:

Toda cultura é coerente, pois está de acordo com os objetivos por ela buscados, ligados as suas escolhas, no conjunto das escolhas culturais possíveis. Ela busca estes objetivos à revelia dos indivíduos que vão moldar todos os seus comportamentos, conforme os valores dominantes que lhes serão próprios (CUCHE, 1999, p. 77).

Todavia, diversas potências em diferentes contextos históricos tendem a não levar em consideração sua incompletude cultural e se julgam superiores às demais culturas. Essa postura pode gerar consequências políticas e econômicas, como por exemplo, o nacionalismo exacerbado alemão que resultou na Segunda Guerra Mundial. Além disso, essa visão hierárquica da cultura pode desenvolver estereótipos e preconceitos em relação a culturas diferentes, processo que alimenta tensões e conflitos. Ou seja, a não compreensão da incompletude e diversidade cultural dificulta a cooperação internacional e a construção de parcerias igualitárias, pois limita a capacidade de entendimento e valorização das perspectivas

e experiências alheias. Ainda, como pontuado pelo autor Rogério Tilio (2008), um equívoco que muitos cometem quando tentam explicar o conceito de cultura seria o uso do singular ao utilizar a palavra, pois implicaria em uma cultura única. Assim, dizer que determinado conjunto de características é válido para todos os membros de um grupo, por pertencerem a um mesmo país, por exemplo, não é verdade. Tal simplismo não corresponde à realidade e muitas vezes essas tentativas de uniformidade se fazem presentes por motivos meramente políticos.

É importante mencionar que "influências culturais todos os povos recebem e exercem, no decorrer da sua história, conforme o nível e a natureza de suas relações" (ALVES, 2004, p.25). Entretanto, é evidente que tal influência não é sempre uma via de mão dupla na mesma proporção e benéfica para os países envolvidos. A autor destaca alguns marcos desse fenômeno na história do Brasil. Primeiramente, na época da colonização notou-se uma troca de elementos culturais entre os europeus e os indígenas que habitavam o território e posteriormente, com os negros escravos. Todavia, não foi uma troca saudável e igualitária. Os portugueses impunham seu modo de vida em que "só havia um Deus para toda a humanidade; o sistema capitalista, em evolução, refletia a 'ordem natural das coisas' e era preciso obedecer aos reis, porque, como então se justificava, seus poderes eram transmitidos pelo próprio Divino Criador" (ALVES, 2004, 27). Assim, tal forma de "troca cultural" era na realidade uma invasão e dominação cultural com objetivos claros de exploração e manipulação.

Apesar disso, a segunda onda de imperialismo cultural no Brasil ainda estaria para acontecer. A partir da década de 1930, principalmente durante a Segunda Guerra Mundial, a influência da Inglaterra sobre o continente americano foi cedendo espaço à estadunidense. O Brasil, que se encontrava no governo de Getúlio Vargas, estava passando por uma fase de desenvolvimento em que entrava muito capital norte-americano no país em forma de empréstimos, equipamentos e estabelecimento de filiais. Desse modo, as multinacionais funcionavam como forma de tutela do capitalismo internacional dos Estados Unidos. A potência capitalista tinha planos esquematizados para manter a dependência econômica do Brasil na época e também para garantir seu alinhamento político. Ainda, os setores de comunicação de massa também eram fortes investimentos dos EUA para influenciar o Brasil a desenvolver e seguir seu modo de vida. Ou seja, iniciava-se a segunda onda de imperialismo cultural (DE CARVALHO, 1996).

Porém, diferentemente da colonização do Século XVI, segundo Alves (2004, p.30), "tratava-se agora de uma 'invasão teleguiada', sem a presença do invasor, que, mesmo lá da América do Norte, fazia chegar até nós seus produtos culturais". Tal contexto será mais bem

desenvolvido no próximo capítulo, em que será explicado o momento histórico em que os Estados Unidos e o Brasil estavam passando. Contudo, de antemão, percebe-se que o intercâmbio cultural entre os EUA e o Brasil em meados do século XX não foi algo benéfico para o Estado latino, pois favoreceu apenas algumas elites econômicas e políticas.

Para retomar, como descrito, é através da cultura que os indivíduos aprendem a se comportar e a entender o mundo ao seu redor, pois ela molda identidades e influencia visões de mundo de acordo com variáveis como o contexto histórico, geográfico, social, político e econômico. Sendo assim, no contexto da Guerra Fria ocorreu o fenômeno de imperialismo cultural, em que o sociólogo americano Hebert Schiller define como:

O conjunto dos processos pelos quais uma sociedade é introduzida no sistema moderno mundial, e a maneira pela qual sua camada dirigente é levada, por fascínio, pressão, força ou corrupção, a moldar as instituições sociais para que correspondam aos valores e estruturas do centro dominante do sistema, ou ainda para lhes servir de promotor dos mesmos (SCHILLER 1976 *apud* MATTELART, 2006).

Portanto, o imperialismo cultural se refere a uma força cultural dominante que implementa uma ofensiva ideológica, principalmente através dos meios de comunicação, que vai além da visão simplista do senso comum e é objeto de estudo e reflexão acadêmica sobre os processos comunicacionais. Logo, uma semelhança com a explicação do conceito de “hegemonia” trazida por Antonio Francesco Gramsci pode ser notada, pois esta se refere a um processo pelo qual um Estado ou grupo (classe burguesa) busca influenciar e controlar a percepção, pensamentos, comportamentos e crenças de outros, utilizando instituições culturais, as quais ele chamava de sociedade civil. Esse processo acontece com o objetivo de promover certas ideologias, valores, interesses ou agendas políticas, sociais ou econômicas, visando manter ou aumentar o poder e a influência de um determinado grupo ou indivíduo sobre os outros. Ou seja, a partir de uma perspectiva neogramsciana, entende-se a hegemonia como um conjunto de estratégias de dominação e direção que é exercida por uma classe dominante sobre o restante da sociedade que utiliza uma “combinação de *força* e *consenso* que se equilibram de várias maneiras, sem forçar muito suplantando o consenso” (GRAMSCI, 2007, p. 73). Sendo assim, o fenômeno do imperialismo cultural ou da hegemonia, como tratado por Gramsci e quando aplicada às Relações Internacionais, ocorre como estratégia de países centrais que utilizam meios culturais para disseminar seu estilo de vida e sistema econômico como forma de dominação sobre os países periféricos para que eles continuem em posição de dominados no sistema internacional e para mantê-los com a visão de que estão sempre atrasados e precisam copiar a forma de viver dos mais desenvolvidos para alcançarem o progresso.

No campo das Relações Internacionais existe também um termo que se popularizou, através do cientista político Joseph Nye, que descreve uma forma de influência e poder exercido por um país ou ator internacional através de meios não coercitivos e não militares: o *soft power*. O conceito de *soft power* diz respeito à capacidade de um país ou ator internacional de atrair e persuadir outros a seguir sua vontade, adotar seus valores, apoiar suas políticas ou simplesmente admirar sua cultura e modo de vida (NYE, 2004). Entretanto, tal termo enfatiza ações sutis de dominação, uma vez que “*soft*” em inglês significa sutil, e a tradução de *soft power* seria “poder brando”, ou seja, o contrário de *Hard Power* (“poder duro”) que envolve o uso de força militar, ameaças e pressão econômica. Dessa forma, o defendido nesse trabalho não é dizer que as ações dos EUA durante a Guerra Fria correspondiam a uma forma de *soft power*, mas relacionar tais ações ao conceito neogramsciano de hegemonia. Isso será feito no próximo capítulo, na seção “Relações Brasil-Estados Unidos: coerção e consentimento (uma análise neogramsciana)”.

Por fim, vale dizer que o termo imperialismo cultural, escolhido para ser utilizado nesse trabalho, possui uma conotação negativa, pois carrega o sentido de invasão e domínio sobre uma cultura nativa e de forma geral, é apresentado nos discursos como uma ameaça. O argumento central para defender essa ideia é de que “culturas autênticas, tradicionais e locais em várias partes do mundo estão sendo destruídas pela venda de largas quantidades de produtos midiáticos e comerciais, principalmente oriundos dos Estados Unidos” (TUNSTALL, 1977, p. 57). No caso, o foco principal dessa pesquisa é analisar o que será tratado como imperialismo cultural no contexto da Guerra Fria, focando no caso específico dos Estados Unidos e do Brasil. Ou seja, explicar que as estratégias culturais estadunidenses foram cuidadosamente planejadas e calculadas para com o país latino e conseqüentemente, verificar a influência que isso teve na cultura brasileira.

2 INTERAÇÕES BRASIL-ESTADOS UNIDOS NA ÉPOCA DA GUERRA FRIA

Após a explicação de termos essenciais para a compressão desse trabalho, o contexto histórico em questão será analisado. Primeiramente, será discorrido sobre o conflito bipolar e os interesses dos Estados Unidos no Brasil na época. Em seguida, será analisada a relação entre essas duas nações, focando nas estratégias de coerção e consentimento, enriquecidas pela perspectiva neogramsciana aplicada nas Relações Internacionais. Por fim, o impacto do imperialismo cultural estadunidense exercido em território brasileiro será debatido.

2.1 CONFLITO BIPOLAR E INTERESSES ESTADUNIDENSES NO BRASIL

Tal como mencionado na introdução, a Guerra Fria (1947-1991) foi um período de intensa rivalidade ideológica e geopolítica entre os EUA e a URSS: foi uma disputa entre o capitalismo e o comunismo. Segundo Biagi (2001), como a guerra não foi travada em um local físico específico, discussões historiográficas sobre o evento são debatidas com o intuito de compreender tal momento histórico. A primeira delas, chamada de tradicionalista, diz que a Guerra Fria foi uma construção soviética com o objetivo de expandir o comunismo para o resto do mundo. Essa é a perspectiva de autores engajados na luta contra a expansão do comunismo, como Robert Wesson, que disse:

Depois da II Guerra Mundial, ainda houve certa esperança de que a Grã-Bretanha pudesse encarregar-se de razoável parcela das responsabilidades pela manutenção da ordem mundial, e era geral a expectativa de que as Nações Unidas ajudassem a preservar a paz. Mas logo se viu que a retirada americana seria praticamente equivalente a consentir que a maior parte ou toda a Europa e o resto do mundo caíssem sob a hegemonia da União Soviética, uma potência antagonica e tirânica abertamente dedicada (de acordo com a sua ideologia oficial de luta de classes universal) à destruição da sociedade “burguesa” tradicional e da ordem internacional (WESSON, 1978, p. 28).

Nessa frase fica claro que, para o autor, não seria bom o mundo sob a hegemonia da União Soviética, pois se tratava de uma potência tirânica e destinada à destruição da sociedade burguesa e da ordem internacional. Na virada da década de 1960 para 1970, surgiu a segunda discussão historiográfica que dizia que a Guerra Fria se referia, na verdade, à uma construção estadunidense. Tal ponto de vista dizia que “os soviéticos, destruídos pela Segunda Guerra Mundial e satisfeitos com sua “esfera” de influência, não poderiam provocar

uma guerra (estratégica ou militar) contra os Estados Unidos” (BIAGI, 2001, p. 64). Outro argumento que defende a criação da Guerra Fria pelos Estados Unidos, de acordo com o historiador Kolko (1970 *apud* BIAGI, 2001), baseia-se no fato de os EUA obtiveram grandes lucros decorrentes das demandas da Segunda Guerra Mundial e a tendência era que diminuíssem após o término do conflito. Ou seja, eles não queriam deixar esse lucro diminuir para que continuassem como potência no cenário mundial. Desse modo, com a concretização dessa previsão ocorreu o aumento do desemprego no país e a produção industrial teve uma grande queda. Assim, o governo americano, com o presidente Truman no poder no momento, buscou estabelecer a hegemonia dos Estados Unidos no mundo, com o objetivo de manter o nível de consumo e a prosperidade econômica. O governo democrata de Truman tinha intenções de exercer uma política externa mais agressiva, mas para isso teria que convencer o Congresso. Por isso, a “criação” do inimigo soviético foi essencial para persuadir o Congresso e criar uma política externa engajada, uma vez que o risco da expansão comunista era considerado muito grande. Portanto, o pavor do Nazismo terminou com o fim da Segunda Guerra, mas com a ascensão da Guerra Fria surgiu esse novo inimigo, o Comunismo (BIAGI, 2001).

Sendo assim, no contexto da Guerra Fria os Estados Unidos assumiram o papel das desgastadas potências europeias e tinham o objetivo de conter o avanço comunista no mundo. O país norte-americano intervia em diversos locais do globo para impedir o surgimento de economias que fossem diferentes da capitalista e assim expandia sua esfera de influência, de modo a se firmar como a nova hegemonia. Tal como tratado nesse trabalho, essa esfera de influência contava com o imperialismo cultural para se concretizar, pois para expandir sua ideologia capitalista sem a utilização de meios coercitivos era necessário focar nos meios de comunicação, por exemplo, que emergiam e que eram capazes de influenciar o modo de pensar dos indivíduos nos mais variados países. Ou seja, concentrar esforços nas ferramentas de comunicação como o rádio e a televisão era uma maneira muito poderosa de combate nessa batalha ideológica. Assim, essa estratégia adotada pelos EUA foi crucial para a vitória da guerra e para a consolidação do país como nova hegemonia no cenário internacional (VIANA, 2020).

Ademais, é importante frisar que durante a Guerra Fria ambas as potências inimigas tinham o poder de influenciar o cenário internacional e embora a batalha estivesse ocorrendo de forma indireta, as consequências do embate eram perceptíveis em diversas regiões do globo, entre elas a América Latina. Durante o conflito, o continente sul-americano foi palco de diversos regimes militares autoritários que estiveram diretamente relacionados às

estratégias de influência dos Estados Unidos na região. O receio do avanço comunista foi o que levou a potência capitalista a apoiar tais regimes com o principal objetivo de manter uma influência alinhada com seus interesses (GESTEIRA, 2014).

No caso específico do Brasil, o regime militar foi instaurado em 1964 e os militares brasileiros contaram com apoio estadunidense antes e durante a tomada do poder. Tal apoio foi motivado pelo receio de aproximações comunistas ou revoluções no país latino, pois em 1961, João Goulart havia acabado de assumir a presidência e era considerado um político “muito à esquerda” (FERREIRA, 2018 p.16). Nesse momento da história o Brasil enfrentava uma crise política interna, a economia do país estava com altos índices inflacionários e a dívida externa estava aumentando. Assim, por conta dessas circunstâncias havia um grande descontentamento da população conservadora e dos militares brasileiros, que estavam dispostos a instaurar uma ditadura no Brasil. Desse modo, os Estados Unidos, que já estavam com receio de um presidente “à esquerda” em uma época de guerra ideológica, passaram a financiar ativamente grupos e políticos conservadores no Brasil a fim de que o golpe se concretizasse e a ameaça comunista se extinguisse.

Desse modo, é válido citar a *Operação Brother Sam*⁵, que foi um plano militar elaborado pelos Estados Unidos no contexto da crise política que antecedeu o golpe militar no Brasil. A operação tinha como objetivo principal garantir a proteção dos interesses estadunidenses no Brasil e, se necessário, apoiar o governo militar que se formasse em caso de sucesso do golpe. Ela foi concebida em resposta à crescente instabilidade política que culminou no enfraquecimento do governo do presidente João Goulart. Assim:

Outra dimensão fundamental do Golpe de 1964 está vinculada à relação com as estruturas que lhe dão significado; nesse sentido, ele também faz parte do contexto de radicalização política da Guerra Fria, agravada, ainda, nas Américas, pela Revolução Cubana. Dentro dessa perspectiva, é possível compreender como o Golpe contou com total apoio e colaboração do governo dos Estados Unidos, através do embaixador Lincoln Gordon. Tal apoio não era somente político, mas também militar, consubstanciado num plano de contingência que previa apoio logístico e de tropas aos setores golpistas, expresso na famosa *Operação Brother Sam*, caso houvesse resistência. Tal plano contou com planejamento conjunto entre militares brasileiros e o governo dos EUA, através de seu Departamento de Estado. Sabe-se também da ampla participação desta potência estrangeira na campanha de desestabilização e na conspiração contra Goulart, junto com as entidades das classes conservadoras do Brasil. Compreender este ponto é fundamental para entender a relação entre o Golpe de Estado no Brasil e o contexto mais amplo da Guerra Fria, no qual tal conflito se situa (PADRÓS; LAMEIRA 2009 *apud* VIANA 2020).

5 A operação recebeu o nome “*Brother Sam*” em referência ao personagem fictício *Uncle Sam* (Tio Sam), um símbolo nacional dos Estados Unidos (VIANA, 2020).

Assim, com o golpe em 31 de março de 1964, a mudança de regime no Brasil não apenas resultou no estabelecimento de um governo autoritário imposto pelos militares internamente, mas também implicou em uma mudança significativa nos interesses externos do país. O novo governo brasileiro, liderado por Castello Branco, buscou dismantlar a abordagem anterior de Política Externa Independente, que havia sido implementada por Jânio Quadros em 1961 e visava diminuir a dependência econômica do Brasil dos Estados Unidos através da ampliação dos laços do país com outras nações, especialmente com a América Latina, África e Ásia. Assim, o governo adotou um modelo de desenvolvimento econômico dependente e associado, que promovia a abertura do mercado, a desestatização e uma maior participação do setor empresarial. A intenção era recuperar a confiança de investidores internacionais e estreitar os laços com órgãos e Estados financiadores, principalmente os Estados Unidos. Desse modo, o Brasil, com interesse em receber apoio econômico e político por parte da nação norte-americana, queria mostrar ao governo estadunidense que a ameaça comunista no país havia sido extinta após a saída do presidente João Goulart e que o Brasil possuía seus interesses fundamentados no capitalismo (SILVA, 2020). Portanto, os Estados Unidos conseguiram que o a potência da América Latina seguisse seus interesses políticos e econômicos, assim como estava fazendo com os outros países da região. Essa aproximação era importante para os Estados Unidos na luta contra o comunismo, pois [...] “o Brasil, com um governo extremamente autoritário e repressivo, era um forte aliado numa América Latina turbulenta, com a ascensão da esquerda no Peru e Chile” (FERREIRA, 2018, p. 27).

É importante frisar a importância da Revolução Cubana para o contexto da época. Tal ato revolucionário, liderado por Fidel Castro, teve um impacto significativo na América Latina e nas relações internacionais. Isso pois, uma vez que o mundo encontrava-se polarizado devido à Guerra Fria, a Revolução Cubana serviu como um farol ideológico para movimentos revolucionários em todo o mundo, principalmente na América Latina. A revolução representou uma inspiração para movimentos revolucionários e nacionalistas em toda a América Latina, o que levou a uma série de movimentos guerrilheiros, guerras civis e políticas de esquerda, desafiando a influência dos Estados Unidos na região. Desse modo, a aliança cubana com a URSS e a então presença da nação socialista bem próxima aos Estados Unidos gerou uma grande tensão ideológica mundial. O episódio da Crise dos Mísseis, em 1962, quando mísseis nucleares foram implementados em Cuba pela URSS deixou o mundo à beira de um conflito nuclear. Dessa forma, o desencadeamento da revolução gerou o aumento de um intenso sentimento antiamericano na América Central e do Sul, desafiando a política

externa dos Estados Unidos na região e influenciando significativamente as dinâmicas geopolíticas durante o período da Guerra Fria (MENDES, 2009).

Vale dizer que a potência ocidental possuía também outros interesses no Brasil além de garantir que ele não se tornasse comunista. Um deles diz respeito à dependência de recursos naturais. Nessa época, a economia estadunidense estava cada vez mais dependente de recursos naturais provenientes do exterior para sustentar o seu contínuo desenvolvimento. O Brasil, por sua vez, era considerado um parceiro estratégico nesse âmbito, sendo um país rico em recursos naturais, para suprir essa necessidade e garantir o acesso a tais recursos. A vasta extensão territorial brasileira oferecia acesso a uma abundância de minerais, como ferro e manganês, bem como grandes reservas de petróleo e recursos hídricos. Dessa forma, essa interdependência econômica entre o Brasil e os Estados Unidos fortalecia os laços entre as duas nações e contribuía para o alinhamento dos interesses mútuos durante a Guerra Fria (BRAGA, 2002).

Outro interesse que os Estados Unidos tinham era de manter a sua influência geopolítica na região. O Brasil, durante o governo Médici, se consolidou como liderança subcontinental, de modo que exercia grande influência nas decisões voltadas à América do Sul e por isso era de interesse dos EUA que elas estivessem alinhadas política, econômica e culturalmente com as suas ambições. Ou seja, ter uma presença forte no Brasil permitia aos EUA influenciar a política e a tomada de decisões na região, além de fortalecer suas posições diplomáticas em fóruns internacionais e principalmente, solidificar sua posição como superpotência global. Os investimentos econômicos e a presença de empresas americanas no Brasil serviam para assegurar interesses comerciais mútuos (FERREIRA, 2018). Conseqüentemente, a presença dos Estados Unidos no Brasil permitia-lhes monitorar de perto a política regional e garantia uma posição estratégica na América Latina, desempenhando um papel crucial na dinâmica da Guerra Fria.

Além disso, o Brasil representava um mercado importante para os produtos e serviços dos EUA, de modo que era de interesse das empresas estadunidenses expandir seus negócios e obter lucro e para isso buscavam oportunidades em território brasileiro. Ainda, ao compasso que aumentavam seus lucros, as empresas transnacionais contribuía significativamente para a disseminação do estilo de vida estadunidense no país através de estratégias de marketing, publicidade e da oferta de produtos e serviços que refletiam a cultura e os valores dos Estados Unidos.

Por fim, uma aliança militar com o Brasil também era do interesse da potência capitalista, pois fortalecer e garantir essa cooperação garantiria a sua capacidade de defesa na

América Latina. O Brasil era visto como uma posição geográfica estratégica no continente sul americano, além de ser uma das maiores economias da região, o que lhe conferia um papel relevante nas questões políticas e de segurança da América Latina. Tal parceria foi firmada e ocorreu em âmbitos como a vigilância das rotas de transporte marítimo e aéreo, o compartilhamento de informações de inteligência, o treinamento militar conjunto e a realização de exercícios militares conjuntos. Isso visava aperfeiçoar a integração das forças armadas brasileiras com as forças americanas e reforçar a capacidade de resposta a potenciais ameaças na região. Ainda, essa aliança permitia que os EUA estabelecessem bases militares em território brasileiro, o que não era bem visto por parte da população brasileira. Assim, em 1977 as relações entre os países ficaram um pouco abaladas quando Geisel disse que não aceitaria as condições impostas pelos EUA para a concessão de assistência militar, pois considerava uma inaceitável intromissão nos assuntos internos do país (FERREIRA, 2018).

Portanto, durante a Guerra Fria, o Brasil assumiu uma posição de relevância para os Estados Unidos, não apenas devido à sua riqueza em recursos naturais e potencial de mercado, mas também por sua importância estratégica na contenção do comunismo na América Latina. Assim, os interesses estadunidenses abrangeram uma ampla gama de aspectos, desde a busca por recursos naturais essenciais para sustentar sua economia até a promoção de investimentos e comércio. Além disso, a presença forte dos EUA no Brasil permitiu-lhes exercer influência geopolítica na região e estabelecer alianças militares para fortalecer a cooperação em questões estratégicas. Contudo, é importante ressaltar que a aliança militar entre os dois países era vista de modo suspeito por alguns setores da sociedade brasileira que temiam uma excessiva influência estrangeira no país. Na seção seguinte será explicado, segundo a perspectiva neogramsciana, como funcionou essa influência desempenhada pela potência norte-americana no Brasil durante o contexto bipolar. Assim, ficará mais claro como, através da coerção e do consentimento, os EUA conseguiram manter o Brasil como seu aliado durante todo o conflito.

2.2 RELAÇÕES BRASIL- ESTADOS UNIDOS: COERÇÃO E CONSENTIMENTO (UMA ANÁLISE NEOGRAMSCIANA)

Conforme mencionado no primeiro capítulo, esta seção abordará de maneira mais abrangente o modo pelo qual os Estados Unidos exerceram domínio sobre o Brasil ao longo da Guerra Fria. Isto será realizado mediante a análise aprofundada e crítica dos conceitos de

"*Soft Power*" e "Hegemonia", evidenciando sua aplicação nas interações entre os países. A pesquisa será enriquecida pela análise neogramsciana, de modo a identificar a contribuição do autor para as Relações Internacionais.

Primeiramente, vale ressaltar que o termo *soft power* é ambíguo e pode ser utilizado de muitas maneiras diferentes. Ou seja, dependendo de quem utiliza o termo, como estudiosos, formuladores de políticas ou analistas de mídia, o seu significado pode mudar. Para o cientista político Joseph Nye, autor que cunhou a expressão, “[...] *soft power* é a capacidade de fazer com que ‘os outros queiram os resultados que você deseja’ (NYE, 2004, p.05, tradução livre). Assim, Cox (1983), quando analisa mais criticamente, explica que *soft power* seria a capacidade de alcançar seus objetivos ao atrair e persuadir os outros a adotarem suas metas. Desse modo, o termo está relacionado a recursos intangíveis como cultura, ideologias e instituições. Por isso, muitos estudiosos enxergam a situação que ocorreu com o Brasil durante o conflito bipolar (o país ter se tornado uma “colônia cultural” da potência estadunidense) como uma forma de *soft power*. Porém, outra forma de se explicar essa situação, trazida por Geraldo Zahran e Leonardo Ramos (2004), seria focando nas interpretações de Gramsci sobre o assunto. Zahran e Ramos (2004) argumentam que o conceito de *soft power* de Nye está no entendimento de poder de Gramsci como consentimento.

Sob a ótica de Gramsci, a hegemonia assume um significado mais amplo, envolvendo a dominação política e cultural exercida por uma classe ou grupo social sobre os demais. Esse conceito reflete a capacidade de influenciar uma visão de mundo hegemônica que permeia todos os aspectos da vida dos indivíduos, moldando suas crenças e valores (BATALHA, 2017). Ou seja, a hegemonia é construída não apenas pelo uso direto da força, mas também pela influência cultural e pela articulação de uma visão política que perpetua a ordem estabelecida.

Sua análise enfatiza também a importância das instituições sociais e culturais, que compõem “a sociedade civil”, na formação da consciência coletiva. Portanto, a hegemonia no sentido neogramsciano diz respeito a dominação da classe dominante, por meio, mas não somente, das instituições culturais que propagam seus interesses próprios, de forma latente, para que o seu poder seja mantido sem a utilização de meios coercitivos. Desse modo, a classe hegemônica exerce controle ao manter a coesão e a identidade dentro de uma sociedade heterogênea. Essa classe dominante difunde seus interesses na sociedade civil de modo que os fazem soar como universais, ou seja, de forma que aparentam satisfazer tanto a classe dominante quanto a subordinada (COX, 1983).

Além disso, é importante frisar que quando Gramsci cita o termo hegemonia algumas vezes ele está se referindo à capacidade dirigente, enquanto outras vezes ele está mencionando simultaneamente sobre a direção e a dominação. Assim, ele compreende que a hegemonia não se trata apenas de direção política, mas também de direção cultural, moral e ideológica e que, segundo ele, ocorre muitas vezes pelo consentimento e não apenas pelo aparelho estatal coercitivo (BATALHA, 2017). Ou seja, se trata de uma hegemonia burguesa que é conquistada no plano cultural e ideológico e que controla o aparato de coerção do Estado tal qual os meios de produção. Essa burguesia consegue fazer valer seus interesses e valores retratando-os como sendo os melhores para todos, ou seja, como se fossem um bem comum que deve ser atingido. Desse modo, ela cria o consentimento da classe explorada (no âmbito das RI, pode ser adaptado às classes sociais de países periféricos) e gera essa dominação em massa sem precisar utilizar a violência para isso (BATALHA, 2017). Conseqüentemente, com a hegemonia de Gramsci operando através da coerção e do consentimento, ocorre a unificação de um bloco social, mas não homogêneo, em que a classe dominante se faz hegemônica, pois consegue manter sua articulação através da ação política, ideológica e cultural dentro de forças heterogêneas para assim, impedir que as disputas entre tais forças explodam e provoquem uma crise na ideologia dominante. Ou seja:

A tarefa de toda concepção dominante (que, sendo dominante, torna-se, portanto, também fé, também ideologia para as grandes massas, não conscientemente vivida em todos os pressupostos e em todos os seus aspectos) consiste em conservar a unidade ideológica de todo o bloco social, que é cimentado e unificado precisamente por aquela determinada ideologia. (GRAMSCI 1978 *apud* BATALHA, 2017. p. 182).

Diante do exposto, o conceito de hegemonia para Gramsci está intrinsecamente ligado à ampla concepção de Estado, que abrange tanto a sociedade política quanto a sociedade civil. Assim, a hegemonia se desenvolve quando um grupo dominante consegue estabelecer sua visão de mundo, seus valores e seus interesses como hegemônicos e aceitos pela maioria da sociedade civil. E isso não é alcançado apenas por meio da coerção ou do controle político direto, mas principalmente através da influência cultural e ideológica. Vale ressaltar também que Gramsci não é um teórico das Relações Internacionais e que suas análises foram feitas e pensadas para o âmbito doméstico da sociedade civil capitalista e que, posteriormente, o canadense Robert Cox ampliou suas visões para um cenário internacional sobre a ordem mundial. Ou seja, enquanto Gramsci, por meio do conceito de hegemonia, denunciava a opressão e a subalternidade de uma classe perante a outra, Cox fazia essa mesma análise, mas

com um foco mais abrangente, de modo a relacionar o domínio cultural dos países centrais sobre os periféricos a partir de um recorte de classes (GARCIA, 2010).

Sendo assim, embora a compreensão de hegemonia de Antonio Gramsci compartilhe algumas semelhanças com o conceito contemporâneo de *soft power*, de Joseph Nye, existem algumas diferenças importantes entre os termos. De fato, ambos se referem à influência cultural e ideológica como uma forma de exercer poder, porém o conceito de hegemonia de Gramsci, desenvolvido em um contexto marxista, mobiliza as categorias analíticas desta vertente teórica. O termo hegemonia engloba as estruturas de poder, a cultura e a luta de classes, de forma que se refere a uma visão mais completa da análise de poder na sociedade. Ou seja, ele foca em diferentes aspectos, que estão entrelaçados, de uma só vez. Além disso, um ponto chave de sua análise seria o fato de que ele admite que o exercício do poder depende também do controle exercido pelo aparelho legal do Estado, ou seja, ele explica que há, no conceito de hegemonia, um caráter militar inegável.

Já o conceito de *soft power*, desenvolvido no contexto pós-guerra Fria, não carrega necessariamente essa dimensão política e de conflito, e tem como local de produção epistemológica os Estados Unidos. Ele se concentra mais na influência cultural e na capacidade de atrair e persuadir, sem explorar a luta de classes e as contradições subjacentes na sociedade. Logo, o termo *soft power* apresenta algumas limitações. Por exemplo, não é algo facilmente controlado pelo Estado, já que se desenvolve e difunde-se através de atores privados, cuja agenda pode não se alinhar com a estatal. Da mesma forma, sua capacidade depende do contexto histórico e da existência de recebedores disponíveis (NYE, 2004 *apud* RAPOSO, 2023). Por isso, foi escolhido nesse trabalho relacionar o imperialismo cultural dos Estados Unidos no Brasil durante a Guerra Fria com o conceito de Hegemonia de Gramsci, uma vez que grande parte da influência estadunidense ocorreu no âmbito cultural, mas sempre havia o receio do poderio militar da nova potência que poderia ser utilizado a qualquer momento.

Esclarecidas as principais diferenças entre os termos, o foco agora será em entender como funcionou a influência exercida pelos Estados Unidos no Brasil (e no mundo) na época da Guerra Fria. Ainda utilizando Gramsci para explicações, para o autor, o imperialismo contemporâneo é uma forma avançada de hegemonia, de modo que está ligado ao poder político e cultural exercido por uma classe dominante sobre outras classes na sociedade. Tal como explicado no primeiro capítulo, o imperialismo contemporâneo corresponde às transformações, como o neoliberalismo e a globalização, do final do século XX, em que os países buscavam expandir suas zonas de influência. Desse modo, isso pode ser considerado

uma forma de hegemonia, pois esse interesse de se fazer influente e se tornar a superpotência fez com que os EUA, por meio de elites políticas, econômicas e culturais, influenciassem uma narrativa hegemônica que legitimasse e reforçasse seu poder.

Sendo assim, em uma época de reconstrução das antigas potências europeias, os Estados Unidos, hegemonia em ascensão, buscavam meios de exercer influência sobre a maior quantidade possível de países. Para isso, ficava claro que as ideias, os valores e as produções culturais produzidas por uma classe hegemônica contribuíssem diretamente nessa missão de exercer seu poder em escala global (CASTRO; REIS, 2012). Assim, a constituição de uma nova hegemonia requeria tanto uma transformação radical das relações sociais de produção quanto a edificação de uma nova concepção de mundo que ganhasse as massas. Logo:

Uma hegemonia mundial é [...] estabelecida por uma classe social dominante. As instituições econômicas e sociais, a cultura, a tecnologia associada a essa hegemonia nacional tornam-se padrão para a emulação no exterior. Tal hegemonia expansiva se dá nos países mais periféricos na forma de uma revolução passiva. Esses países não têm a mesma revolução social profunda, nem têm suas economias desenvolvidas da mesma forma, mas tentam incorporar elementos a partir do modelo hegemônico sem perturbar as velhas estruturas de poder. (COX 1983 *apud* CASTRO; REIS, 2012).

Após a queda das ditaduras latino-americanas e da URSS, observou-se uma profunda transformação nas dinâmicas das relações internacionais. O cenário global, que anteriormente se estruturava de forma bipolar, cedeu espaço a uma arena capitalista marcada primordialmente pela competitividade. Atores que anteriormente ocupavam posições secundárias no cenário global passaram a receber reconhecimento substancial em debates acadêmicos e a desempenhar papéis mais proeminentes na política global. O sistema capitalista, por sua vez, tornou-se mais universalizado, acompanhado por uma intensa expansão do capital financeiro e um aprimoramento dos modos de produção (CASTRO; REIS, 2012). Nessa época também a globalização se aprofundava cada vez mais, tal qual a competitividade em diversos âmbitos entre todos os países. Por isso, os EUA adotaram uma estratégia de política externa para a América do Sul, recém-democrática, focada em consentimento. A coerção dava espaço ao consentimento, de modo que a globalização, enquanto ocorrendo em ambiente contemporâneo propício ao crescimento do capital, ampliou o poder das instituições financeiras globais e, por conseguinte, fomentou a concepção de uma interdependência cada vez mais intrincada e sensível entre os países centrais e periféricos, como é o caso dos Estados Unidos e do Brasil.

Desse modo, ficou clara a diferença entre *soft power* e hegemonia: o *soft power* é um termo mais limitado em seu significado não e explora temas como a luta de classes,

pertencendo a outra filiação teórica. Já a hegemonia de Gramsci, quando analisada no âmbito das Relações Internacionais, é um conceito mais amplo que pode ser entendido como:

[...] Liderança associada à capacidade de um Estado de se apresentar como portador de um interesse geral e ser assim percebido pelos outros. Portanto, a nação hegemônica é aquela que conduz o sistema de nações a uma direção desejada por ela, mas ao fazê-lo consegue ser percebida como buscando o interesse geral (DUPAS, 2003 p. 277).

Ou seja, o conceito de hegemonia carrega consigo toda a influência cultural, baseada na coerção e no consentimento, que uma classe ou Estado dominante utiliza para exercer domínio sobre outras nações ou indivíduos. Assim, ele abrange também a luta de classes, pois explica que há um grupo dominante e é ele que estabelece as suas visões de mundo para os demais. Ainda, no termo hegemonia existe um caráter militar inegável, diferentemente do *soft power*.

Portanto, durante a Guerra Fria, novos atores internacionais ganharam destaque e força no cenário global, e os EUA, como hegemonia em ascensão, precisaram repensar suas estratégias de influência em um mundo reconfigurado pós Segunda Guerra. O país, durante todo o conflito bipolar, viu o Brasil como um potencial aliado que o ajudaria concretizar suas ambições, principalmente por sua posição geográfica e de destaque na América do Sul. Dessa forma, a potência americana apoiou e financiou o regime militar brasileiro para que seus objetivos fossem atingidos e o comunismo não se instaurasse na região (comunismo este que era apenas uma ameaça ideológica e não real). Assim, durante a disputa ideológica os EUA buscaram promover o capitalismo e os valores ocidentais como alternativas ao comunismo. Para isso, eles adotaram estratégias de coerção e consentimento, que estavam alinhadas à ideia de hegemonia proposta por Antonio Gramsci, para influenciar o Brasil a aderir a esses princípios. Com essa estratégia concretizada e o país latino como seu aliado, os EUA atingiram seus objetivos, venceram a Guerra Fria e se tornaram a potência hegemônica. É possível destacar assim a importância que o Brasil teve na estratégia hegemônica estadunidense.

2.3 O IMPERIALISMO CULTURAL ESTADUNIDENSE NO BRASIL

Tal como visto até agora, os Estados Unidos utilizaram diversas estratégias para consolidar sua influência e poder no Brasil durante a Guerra Fria, e o imperialismo cultural foi uma das principais. O fenômeno, que consiste em uma força cultural dominante que

implementa uma ofensiva ideológica em outro país, foi responsável pela mudança de hábitos e transformação de pensamentos que ocorreu em grande parte da população brasileira na época. A principal forma de disseminação do modo de vida norte-americano e, conseqüentemente, de seus interesses por trás disso, era através dos meios de comunicação que emergiram no país latino no decorrer do século XX. Assim, os Estados Unidos buscavam manter uma conexão com a cultura brasileira através de elementos como música, cinema, moda, produtos de consumo e sistemas educacionais para, dessa forma, influenciar as percepções e aspirações brasileiras.

Na segunda metade do século XX, com o capitalismo operando na maior parte do mundo, ocorreu a abertura de diversas multinacionais em território brasileiro, sobretudo as com sede nos EUA. Essas empresas funcionavam como uma forma de tutela do capitalismo internacional, além de servir também como forma de disseminação da cultura estadunidense, pois traziam consigo os valores e elementos da cultura ocidental (ARNALDI, 2004). Entretanto, essa difusão não ocorreu de forma despreziosa. Os Estados Unidos tinham a intenção deliberada de consolidar o Brasil como um aliado e influenciar, de forma sutil, os padrões e visões culturais de sua população a partir de seus interesses e valores. Tal feito, por sua vez, contribuiria para a efetivação da hegemonia estadunidense, contando com o apoio brasileiro para isso. Ademais, as empresas monopolistas exerciam um controle significativo sobre os meios de comunicação, permitindo-lhes ditar as regras e influenciar amplamente a disseminação de informações e a formação de opiniões. Nesse contexto, elas aproveitaram sua posição dominante para expandir e promover sua própria ideologia, retratando-a como a melhor opção e mais vantajosa para todos. Através de estratégias de marketing e propaganda, essas empresas moldavam a percepção pública brasileira, apresentando sua ideologia como a solução ideal para as necessidades e desejos da sociedade (RIZZOTTO, 2008).

Desse modo, houve também investimento de capital americano nos setores de comunicação em massa, em ascensão no Brasil, de modo que a importação de filmes, músicas e quadrinhos oriundos dos EUA cresceram astronomicamente nas décadas de 1970, 1980 e 1990. Ou seja, esse grande volume de informações, produtos e mensagens atingiam constantemente os cidadãos brasileiros através de propagandas e noticiários nos meios contemporâneos de comunicação. Dessa forma:

Tal como antes ocorrera com os nossos índios (*sic*), que para trabalhar e viver com os portugueses tiveram de adotar os seus costumes, nós também, agora, como assalariados das multinacionais norte-americanas ou importadores dos produtos de sua ciência, arte e tecnologia, tivemos de aprender o inglês, manejar seus artefatos e nos moldar aos seus padrões, a fim de produzir e consumir, em primeiro lugar, o que

lhes era mais favorável. E tanto quanto os índios, que, ao serem catequizados, foram incorporando o modo de ser do dominador, também nós absorvemos, com os produtos consumidos, a ideia de que ‘o que é bom para os USA é bom para o Brasil (ALVES, 2004, p. 31).

A população brasileira, diante de toda essa influência indireta, tendia a crer que o que estava ocorrendo era natural e que esse era o percurso habitual a ser seguido. Ou seja, o imperialismo cultural ocorria de forma sutil justamente para que os brasileiros não adquirissem a consciência de que essa disseminação de hábitos, costumes e valores por processos artificiais beneficiava, na realidade, o capitalismo e o imperialismo estadunidense, garantindo assim o alinhamento político do Brasil. “De fato a ausência física do novo invasor e a imposição de sua cultura através do consumo, e não da escravidão, nos dariam a ilusão de estarmos preservando nossa liberdade e exercendo uma autodeterminação (ALVES, 2004, p. 31).”

Logo, é possível relacionar esses eventos com o imperialismo cultural à medida que fica claro que as corporações multinacionais americanas desempenharam um papel central na disseminação da cultura dos EUA, levando a certa homogeneização cultural das identidades locais no Brasil. Além disso, a predominância do dólar como moeda de referência permitiu a exportação de produtos culturais estadunidenses em escala global, enquanto as bases militares em território brasileiro funcionavam como símbolos de poder e influência, propagando o estilo de vida e os valores dos EUA. Assim, através da promoção de produtos culturais, como filmes, músicas, roupas e alimentos americanos, essas empresas não apenas buscaram consolidar sua presença no mercado brasileiro, mas também promover uma aceitação mais ampla da cultura dos Estados Unidos, resultando na diluição das particularidades culturais brasileiras em favor de uma cultura mais globalizada e alinhada com os valores dos EUA. Vale ressaltar que a versão estadunidense sobre se fazer presente nos momentos históricos importantes no Brasil estava na maioria das vezes associada à discursos de solidariedade interamericana, aliança para o progresso ou ajuda externa (ARNALDI, 2004). Dessa forma, os investimentos da potência capitalista em imprensas locais, agências de notícias internacionais, projetos nas áreas da ciência, educação e saúde, por exemplo, tinham o objetivo de transmitir ao Brasil a ideia de preocupação que os EUA tinham com o país, de modo que era considerado o espírito de “solidariedade hemisférica”. Entretanto, a realidade condizia ao fato de que os EUA queriam se consolidar como hegemonia no continente, ter mercados para seus produtos (em atenção aos interesses de sua classe dominante) e garantir o alinhamento político, econômico e militar de seus países vizinhos latino-americanos.

É importante dizer que as classes dominantes do Brasil compactuavam com essa visão de mundo e com a expansão dos princípios estadunidenses, pois elas se beneficiavam com isso. Em sua maioria constituída pelo setor agrário, elas se mantinham no poder enquanto o Brasil tivesse o papel de fornecedor de alimentos e matéria-prima para os Estados Unidos e para a comunidade internacional como um todo. Assim, sobre essa aliança entre o imperialismo cultural estadunidense e a grande burguesia do Brasil, o escritor chileno Victor Raúl Haya de la Torre diz:

Como resultado dessa aliança de classes as riquezas de nossos países são hipotecadas ou vendidas, a política financeira de nossos governos reduz-se a uma louca sucessão de grandes empréstimos, e nossas classes trabalhadoras, que têm que produzir para patrões, são brutalmente exploradas. A progressiva sujeição econômica de nossos países ao imperialismo transforma-se em sujeição política, perda de soberania nacional, invasões armadas dos soldados e marinheiros do imperialismo (LA TORRE, 1972 *apud* ALVES, 2004, p. 62).

Esse alinhamento exemplifica o processo de disseminação da hegemonia cultural, em que as crenças das classes burguesas se tornam dominantes na cultura e influenciam as atitudes e percepções das massas. Desse modo, essa influência sobre as estruturas sociais explicita a aplicação do conceito de hegemonia de Gramsci, uma vez que os interesses das elites são incorporados nas práticas institucionais e nas normas sociais. Por isso, assim como o autor italiano enfatizou, a hegemonia é mantida quando os indivíduos internalizam as ideias das classes dominantes como naturais e desejáveis. Trazendo isso para o caso dos EUA e do Brasil, fica claro que com a classe burguesa do Brasil compactuando e apoiando os valores dos EUA, ela espelharia essa forma de viver como algo benéfico para todos da sociedade, o que sustentaria a continuidade desse sistema. Ou seja, era difundido e adentrado por todos que o que era bom para os Estados Unidos também era bom para o Brasil (ALVES, 2004).

Portanto, a análise do imperialismo cultural dos Estados Unidos no Brasil revela uma complexa rede de estratégias e impactos que tiveram uma influência significativa na sociedade brasileira durante a Guerra Fria. Ao examinar esse fenômeno, torna-se claro que os Estados Unidos utilizaram uma diversidade de estratégias, desde a difusão de expressões culturais até o aporte financeiro em setores estratégicos, com o propósito de fortalecer sua presença política, econômica e ideológica na região. Através do controle dos meios de comunicação, das empresas multinacionais e do apoio a projetos nas áreas da ciência, educação e saúde, os EUA buscaram não apenas estabelecer uma conexão superficial com a cultura brasileira, mas também influenciar as aspirações e valores da população. O resultado

foi uma difusão gradual e sutil dos padrões culturais e ideológicos estadunidenses, muitas vezes disfarçados sob discursos de cooperação e solidariedade.

3. O PAPEL DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO NA PROPAGAÇÃO DO IMPERIALISMO CULTURAL

Nesse capítulo será ilustrado como o imperialismo cultural estadunidense se desdobrou no cenário brasileiro durante a complexa era da Guerra Fria. Esse fenômeno se manifestou de maneira marcante por meio dos principais veículos de comunicação da época: o rádio e a televisão. À medida que esses meios de comunicação ganhavam espaço e alcance na sociedade brasileira, eles também se tornavam instrumentos eficazes para a disseminação de narrativas, estilos de vida e valores que eram muitas vezes intrínsecos à cultura norte-americana. Desse modo, a segunda seção do capítulo se tratará de uma revisão bibliográfica em que imagens previamente exploradas pela literatura serão analisadas com o intuito de ilustrar a maneira pela qual o país americano exerceu sua influência na sociedade brasileira.

Por fim, serão abordados os movimentos de resistência que emergiram na sociedade brasileira como resposta a essa influência cultural dominante e à uniformização cultural à qual os cidadãos estavam expostos. Por fim, os esforços de parte da população brasileira em

resistir à importação do estilo de vida estadunidense para preservar as tradições e expressões artísticas brasileiras serão expostos.

3.1 O RÁDIO E A TELEVISÃO COMO INSTRUMENTOS DE GEOPOLÍTICA

O advento da Guerra Fria trouxe à tona uma complexa rede de influências geopolíticas que transcenderam fronteiras e se manifestaram através dos principais meios de comunicação que estavam em ascensão na época. Nesse contexto, o rádio e a televisão emergiram como instrumentos de poder, sendo capazes de influenciar narrativas e direcionar percepções em um cenário de rivalidade entre as superpotências. Assim, tais meios eram utilizados como um espelho das dinâmicas globais, pois tinham o poder de influenciar o destino das nações.

No Brasil, os meios de comunicação em massa se consolidavam na década de 1940 e a importância do rádio como moderno canal de comunicação, capaz de realizar discussões, trocar informações e disseminar ideologias ficou evidente. Para deixar claro todo o seu impacto vale dizer que o rádio foi uma das ferramentas mais eficazes para a ascensão do nazismo ao poder na Alemanha (CRAMER, 2016). Já no Brasil, embora nem todos os lares fossem equipados com o rádio, ele já alcançava milhões de ouvintes, alfabetizados ou não.

Em agosto de 1940 foi instituído, nos Estados Unidos, o Escritório de Coordenação de Assuntos Interamericanos (OCIAA) com o objetivo de promover a cooperação interamericana e a solidariedade hemisférica. Entretanto, na realidade, os programas desse escritório constituíam instrumentos para atingir outros fins específicos, como derrotar o Eixo no plano internacional e consolidar o Estado norte-americano como grande potência. Durante a década em questão, as principais redes de radiodifusão americanas, CBS (*Columbia Broadcasting System*) e NBC (*National Broadcasting Company*), contribuíram para as iniciativas culturais do OCIAA, através da difusão de programas de intercâmbio cultural, apresentações musicais e discussões sobre arte e cultura. Assim, o total de horas de transmissão de rádio para a América Latina e o conteúdo transmitido era responsabilidade do escritório, de modo que o governo americano continuou a contratar, até 1948, a NBC e a CBS para a produção e transmissão dos programas, enquanto ordenou a reestruturação de todo o sistema de ondas curtas (CRAMER, 2016). Desse modo, o OCIAA, como órgão de política externa, foi bem sucedido durante a Segunda Guerra Mundial e o rádio no Brasil, mesmo após tal guerra, continuou representando um poderoso instrumento de geopolítica, pois serviu de veículo para difusão do imperialismo cultural norte-americano principalmente durante a Guerra Fria, época

em que as influências não ocorriam de forma coercitiva, mas indireta através dos meios de comunicação, por exemplo.

Por isso, segundo Tota (2009), através do meio de comunicação que se tornava cada vez mais comum no país latino, estratégias para concretizar o imperialismo cultural norte-americano no Brasil eram utilizadas. Elas consistiam na disseminação de informações voltadas ao combate do regime soviético, programas que visavam mostrar a superioridade das democracias ocidentais em comparação com os regimes comunistas, como em “Voz da América” e a “Rádio *Free Europe*”, por exemplo, além da transmissão de programas que incentivavam o intercâmbio cultural entre os países através da exibição de música, literatura, cinema e outras formas de arte dos EUA para introduzir aos ouvintes os aspectos da cultura norte-americana. Assim, diversos programas de rádio financiados pelos EUA foram criados para transmitir informações e ideias pró-ocidentais. A política da Boa Vizinhança, por sua vez, foi, em grande parte, divulgada pela radiodifusão.

Dessa forma, o rádio, desde que surgiu no Brasil, foi utilizado para promover a disseminação da cultura e dos valores dos Estados Unidos, uma vez que fazia parte de uma estratégia mais ampla de construção de uma imagem positiva do país no exterior. O objetivo era conquistar a simpatia e a adesão do povo brasileiro ao modelo capitalista norte-americano. Assim, o rádio foi um dos meios escolhidos para isso, pois representava um canal de divulgação rápido que transmitia informações e mensagens instantaneamente e era relativamente acessível, tanto para ouvintes quanto para transmissores, o que o tornava uma opção viável mesmo em áreas com infraestrutura de comunicação limitada (TOTA, 2009).

Outro importante meio de comunicação que surgiu no Brasil e desempenhou um papel importante nesse contexto foi a televisão. Tal veículo informativo chegou ao Brasil na década de 1950, porém, seu avanço como meio de comunicação de massa só se acelerou nas décadas subsequentes. A televisão foi rapidamente reconhecida como uma ferramenta potente para disseminar mensagens políticas, culturais e ideológicas e desempenhou um papel semelhante ao do rádio na promoção dos valores e do estilo de vida ocidental. Como ela permitia uma experiência audiovisual mais envolvente, isso proporcionou aos EUA uma oportunidade mais nítida de exportar sua cultura, ideais e narrativas e, conseqüentemente, de influenciar a percepção da audiência brasileira. Programas de entretenimento, como séries, filmes e desenhos animados produzidos nos Estados Unidos rapidamente se tornaram populares entre o público brasileiro. Dessa forma, a programação da televisão frequentemente incluía programas educativos e de informações financiados ou apoiados pela potência estadunidense

que promovia padrões culturais, sociais e de comportamento segundo os seus princípios (PADILHA, 2019).

Os governos militares brasileiros que sucederam o golpe de 1964 foram os principais responsáveis pelo crescimento do poder da TV como veículo de divulgação, persuasão e formação da opinião pública no país. Desse modo, nessa época o que basicamente era transmitido nesse veículo de comunicação eram programas a favor do regime militar e a divulgação de produtos e empresas dos EUA. Dessa forma:

O objetivo comum era interligar todo o país pelos meios de comunicação. A integração nacional tornaria possível a difusão massiva e maciça de mensagens que garantiriam a padronização de opiniões, desejos e valores, colocando-se facilmente no mercado maior quantidade de produtos, tanto materiais quanto ideológicos (ALVES, 2004, p. 151).

Vale ressaltar que qualquer tentativa dos Estados Unidos de alcançar audiências em massa no Brasil dependia da colaboração da burguesia local (classe dominante) e do governo.

Assim:

O funcionamento e a estruturação de empresas midiáticas é muito semelhante às lógicas de concentração de capital tanto que é possível inferir a interdependência latino-americana de outros grupos estrangeiros dentro de um ecossistema midiático contemporâneo frente a características de cunho imperialista, onde se entende que o monopólio de grupos hegemônicos e tradicionais se dissipa por regiões cultural, econômica e politicamente diferentes, de interesses distintos, como acontece na América Latina (BIDARRA, 2018, p. 169).

Essa interpretação tem uma relação com o pensamento de Lenin (1916) quando o autor explica que a formação de monopólios é uma parte importante do imperialismo. Nesse sentido, é possível relacionar a sua concepção marxista sobre imperialismo com o comportamento das empresas que exercem controle sobre os meios de comunicação, agindo de forma dominante e concentrada. Assim, a concentração de capital estrangeiro vindo dos EUA na indústria midiática no Brasil fez parte de “um processo expansionista, característico do capitalismo e, logo, de práticas consideradas imperialistas” (BIDARRA, 2018, p. 170). Dessa forma, a formação de monopólios e oligopólios na área da comunicação, em um momento de disputa ideológica, contribuiu para uma padronização comportamental no país latino em favor dos interesses tanto da burguesia local quanto da burguesia estadunidense. Desse modo, “A indústria cultural brasileira nascia assim já vinculada ao capitalismo estrangeiro, sobretudo estadunidense, aplicado nos setores fonográfico e radiofônico” (ALVES, 2004, p. 106). Assim, o patrocinador norte-americano tinha o poder de decidir o tipo de programa que passaria nas telas brasileiras.

Em síntese, a análise exposta evidencia uma conexão substancial entre as teorias de Lenin sobre o imperialismo, a concentração de poder econômico nas mãos das elites nacionais e o fenômeno do imperialismo cultural estadunidense. Fica claro que a formação de monopólios e oligopólios na esfera da comunicação está ligada com a expansão do capitalismo e a propagação de práticas imperialistas oferece uma lente analítica relevante para compreender como a influência estrangeira, notadamente dos Estados Unidos, moldou o cenário comportamental e ideológico no Brasil na época. Por isso, essa relação entre o domínio midiático, os interesses econômicos e o imperialismo cultural estadunidense ressalta a dinâmica complexa por trás da padronização cultural brasileira no contexto da Guerra Fria.

Portanto, os principais meios de comunicação da época, o rádio e a televisão, tiveram uma importância muito grande no contexto bipolar, pois desempenharam o papel de influenciar a identidade cultural brasileira nacional e regional. Assim, a intenção era de, através desses meios, levar a crer que os interesses dos EUA também representavam os interesses do Brasil, quando, na realidade, isso fazia parte de uma ampla estratégia planejada pelos Estados Unidos para manter o Brasil alinhado com seus interesses políticos e econômicos. Sendo assim, a hegemonia estadunidense se consolidava e imperava também no âmbito da indústria cultural.

3.2 EXEMPLOS DE IMPERIALISMO CULTURAL ESTADUNIDENSE NO BRASIL

Nas décadas que marcaram a Guerra Fria, período de intensa rivalidade global entre os Estados Unidos e a União Soviética, o Brasil estava imerso em um cenário geopolítico em que a rivalidade ideológica entre o capitalismo e o socialismo moldava as estratégias de influência global. Nesse contexto, o imperialismo cultural exercido pela potência capitalista foi uma poderosa estratégia de dominação na América Latina, pois, de maneira indireta, difundia valores, símbolos, padrões de consumo e o estilo de vida norte-americano, conhecido como *american way of life*.

No Brasil, essa influência cultural se manifestou de diversas formas, como através da proliferação de produtos culturais americanos através das multinacionais e da difusão de músicas, cinema, transmissões de rádio e programas de televisão através dos meios de comunicação que emergiam no país e que sustentavam uma visão de mundo alinhada aos interesses políticos e econômicos dos Estados Unidos. Desse modo, a elite brasileira, em

consonância com os interesses da elite estadunidense, contribuía para a imersão da população brasileira no modo de vida norte-americano sem que o dominador estivesse em terras latinas.

Assim:

A burguesia brasileira se garantia como classe dominante apoiando-se na burguesia internacional. As múltis, com apoio recebido, mantinham seus privilégios. O sistema econômico [capitalismo] e o regime político defendido por ambas mantinham-nas associadas no poder (ALVES, 2004, p. 75).

A seguir, algumas imagens serão analisadas para ilustrar e exemplificar o fenômeno do imperialismo cultural estadunidense que ocorreu no Brasil durante a Guerra Fria com o objetivo de influenciar as percepções e padrões de comportamento da população brasileira.

Figura 1 - Personagens Pato Donald e Zé Carioca de Walt Disney.



Fonte: Filme “Alô amigos!” (1942).

Retirado de: <https://www.youtube.com/watch?v=UlaVYBLYkWU>

Na figura 1 estão retratados dois personagens de Walt Disney⁶, Pato Donald e Zé Carioca, interagindo em um ambiente de bar. A cena foi retirada do filme “Alô amigos!”, lançado em 1942, como parte de uma série de curtas-metragens conhecida como “Filmes das Américas”. A presença do Pato Donald, personagem central da cultura americana, ao lado do Zé Carioca, papagaio brasileiro especialmente desenvolvido para criar identificação com o

⁶ Walt Disney (1901-1966) criou a famosa marca estadunidense “Disney”, na qual obteve muito sucesso nacional e internacional ao longo de todo o século XX, solidificando a marca como uma força importante na indústria do entretenimento ao redor do mundo. Assim, a Disney esteve estritamente ligada aos propósitos políticos de seu país na época (FERREIRA, 2007).

público latino-americano, simboliza a interação cultural entre os Estados Unidos e o Brasil. Pode-se notar que o Pato Donald está usando uma camisa listrada e seu característico boné de marinheiro, enquanto o Zé Carioca está descontraído, com um chapéu, gravata borboleta e roupas identificadas com o Brasil. Na imagem também percebe-se que eles estão conversando em um ambiente urbano que pode ser identificado como uma cidade brasileira por conta de elementos culturais locais, como a fachada colorida escrita “cachaça” (bebida típica do país) ao fundo, fato que atrai o público e estabelece uma ligação com o Brasil (JUSTO, 2017).

No contexto do imperialismo cultural, essa imagem pode ser entendida como um reflexo do esforço da *Disney* em trazer elementos brasileiros para o seu universo narrativo, a fim de gerar identificação, integração e admiração. Dessa forma, é possível controlar e formatar o personagem brasileiro, que representa o povo latino como um todo, de acordo com as expectativas e perspectivas norte-americanas. Além disso, nos desenhos em geral é comumente retratado o país estadunidense de forma positiva, moderna e tecnológica para representar a superioridade ocidental, de modo a gerar o sentimento de admiração por parte dos brasileiros, influenciando-os a quererem ser desenvolvidos daquela forma, ou seja, influenciando-os a se inspirarem e se espelharem no modo de vida da potência capitalista (FERREIRA, 2012).

Figura 2- Cenas documentais reais do filme “Alô amigos!” misturadas com animação.



Fonte: Filme “Alô amigos!” (1942).

Retirado de: <https://www.youtube.com/watch?v=UlaVYBLyKWU>

Além disso, Tota (2000) explica que a abordagem do imperialismo pela *Disney* revelou-se sutil ao introduzir um toque de sensualidade na parte do filme relacionada ao Brasil. Assim, "Alô, Amigos" é um filme que combina cenas documentais reais com animação, como mostrado na figura 2. Na trama, um avião parte dos Estados Unidos levando consigo desenhistas, músicos e fotógrafos, com a missão de buscar personagens para o mundo *Disney*. Observa-se também que em certo momento do curta-metragem o personagem Donald encontra pela primeira vez Zé Carioca, eles iniciam um diálogo, porém, Donald demonstra dificuldade em compreendê-lo devido à barreira linguística. Para resolver este impasse Zé Carioca prontamente age como tradutor, enfatizando que o inglês deve ser dominado pelos latino-americanos para que possam se comunicar com o "amigo" norte-americano. Ainda, o filme ilustra algumas das atrações do Brasil ao exibir as paisagens do Corcovado, a estátua do Cristo Redentor e as curvas do calçadão de Ipanema. Ele envolve o público com sua musicalidade, incorporando cenas de samba ao som da canção "Tico-Tico no Fubá". Em uma cena ainda Donald aprende a sambar, e o filme apresenta figuras brasileiras da época, como Carmem Miranda, e inclui até mesmo uma cena de degustação de cachaça. Além disso, enfatiza a cordialidade do povo brasileiro, demonstrando uma preocupação em não retratar de forma negativa os vizinhos da América Latina (MONTEIRO; OLIVEIRA, 2022).

Vale ressaltar que embora o filme tenha sido lançado no contexto da Segunda Guerra Mundial, muitos dos mecanismos utilizados na disseminação da cultura e valores americanos, continuaram sendo usados e, em alguns casos, foram ainda intensificados durante a Guerra Fria. A crescente presença da cultura estadunidense na mídia, como rádio, televisão, cinema e música, fazia parte da estratégia dos Estados Unidos de influenciar a opinião pública no Brasil e conquistar a simpatia da população, especialmente à medida que o embate com a União Soviética se intensificava. Assim:

A criação do personagem Zé Carioca é fundamentalmente originária da política de relações públicas internacionais do governo norte-americano, em razão da necessidade de reforçar a aliança estratégica existente com os vizinhos latino americanos, em especial o Brasil, México e Argentina (JUSTO, 2017, p. 79).

Portanto, mesmo que "Alô, Amigos!" seja anterior à Guerra Fria, ele ilustra a tendência da *Disney* e de outros meios de comunicação em disseminar a cultura e os valores americanos para uma audiência internacional, um aspecto que se alinhava com a estratégia mais ampla do imperialismo cultural estadunidense que se manifestou de maneira ainda mais pronunciada durante a Guerra Fria. Essas animações contribuíram para uma imagem

favorável dos Estados Unidos e para a exposição da cultura americana a um público internacional, incluindo o Brasil.

Figura 3 - O primeiro *Mc Donald's* do ABC paulista (1987).



Fonte: Anúncio na Gazeta de São Bernardo sobre a inauguração do McDonald's do Paço (2019).
Retirado de: https://www.facebook.com/tvsaobernardo/posts/2379542735691998/?locale=pt_BR

Outro importante elemento da cultura americana, que simboliza o capitalismo desde a época da Guerra Fria, é a marca *Mc Donald's*. A multinacional de *fast food* chegou ao Brasil em 1979 tendo como ponto de entrada o bairro de Copacabana, localizado na cidade do Rio de Janeiro. Segundo Fontelle (2006), partir dos anos 1980, a rede experimentou um crescimento exponencial em todo o país. Em 1985, inaugurou-se a maior filial *McDonald's* da América Latina em São Paulo. Já em 1987, a rede abriu também uma filial em São Bernardo do Campo (como mostrado na figura 3), representando uma significativa manifestação do imperialismo cultural estadunidense no Brasil. Desse modo:

Quando aportou no Brasil, a primeira imagem que o McDonald's representou não foi a do entretenimento para as massas – que era a que ainda vigorava em solo americano –, foi a de modernidade, de uma experiência de desenvolvimento, de “cultura de ponta”. Enquanto nos EUA da década de 1970 o McDonald's se reinventou como diversão barata para as famílias de classe média americana, no Brasil, em seus primórdios, o McDonald's era objeto de desejo de uma juventude abastada (FONTENELLE, 2006).

Assim, a disseminação global da marca *McDonald's* está intrinsecamente ligada ao conceito de cultura de consumo dos Estados Unidos. A presença marcante de elementos da cultura americana, como a língua inglesa e o próprio cardápio, é uma manifestação direta desse fenômeno. Como mostrado na figura 3, o grande letreiro da marca possui palavras e expressões em língua inglesa, como “*hamburgers*” e “*drive thru*” que, ao longo dos anos, se tornaram familiares aos brasileiros. Ou seja, o uso de palavras e expressões em inglês nos menus e letreiros reforça a presença da língua dominante e pode levar a um maior domínio do inglês em detrimento da valorização da língua e cultura locais. Dessa forma, o impacto do *McDonald's* no Brasil, como em muitos outros lugares ao redor do mundo, exemplifica como empresas globais podem contribuir para a difusão de elementos culturais dominantes, muitas vezes oriundos dos Estados Unidos. Portanto, segundo Finardi e Porcino (2014), o impacto da globalização no cenário da Guerra Fria, que se estende para abertura de empresas multinacionais em países como o Brasil, afeta a população local de diversas maneiras, como através de mudanças significativas nos hábitos de consumo e tradições alimentares e até mesmo nas formas de comunicação e linguagem.

Vale ressaltar que na época da abertura das lojas *Mc Donald's*, o Brasil estava sob o regime militar e o governo estava interessado em modernizar a economia atraindo investimentos estrangeiros. Dessa forma, houve a abertura do mercado para empresas transnacionais, de modo que o *Mc Donald's*, especificamente, introduziu um novo padrão de consumo e estilo de vida, fortemente associado aos Estados Unidos. O modelo de *fast food*, com seus hambúrgueres, batatas fritas e refrigerantes, representava uma forma de consumo rápida, eficiente e padronizada, o que contrastava com muitos aspectos da culinária e cultura alimentar brasileira (LIEDRKE, 2004). Desse modo, com a queda da União Soviética no final dos anos 1980, o *Mc Donald's* foi destacado como o principal símbolo da abertura econômica durante a transição do socialismo para o capitalismo. Isso, pois:

[...] não faltam razões para justificar a escolha do McDonald's para ilustrar a dinâmica do capitalismo moderno, na qual marca, técnica, comunicação, cultura, velocidade, padronização, fetiche e desterritorialidade, entre outros fatores, são indispensáveis para se refletir sobre os sintomas do nosso tempo [capitalismo contemporâneo] (LIEDRKE, 2004, p.02).

Figura 4 - Cena de uma família típica ocidental retratada em filmes americanos na época da Guerra Fria.



Fonte: Filme “A paixão de uma Vida” (1955).

Retirado de: <https://www.brasilparalelo.com.br/noticias/a-paixao-de-uma-vida>

Na figura 4 está retratada uma cena de uma família típica ocidental comum em filmes e programas de televisão transmitidos no Brasil durante os anos da Guerra Fria. Na imagem, que foi retirada do filme “A paixão de uma Vida” de 1955, pode-se observar que o ambiente é cuidadosamente montado para transmitir uma sensação de harmonia familiar, conforto e felicidade. A sala de estar é bem iluminada e decorada com detalhes que indicam um padrão de vida de classe média. Assim, a imagem encapsula elementos do estilo de vida ocidental promovido pela indústria cultural dos Estados Unidos, que frequentemente eram associados à prosperidade, modernidade e valores familiares.

A primeira metade do filme referenciado se trata de uma comédia, já a segunda metade se trata de um drama. Martin, o personagem principal, tem perdas em seu núcleo familiar e assim conhece as tragédias da guerra. Dessa forma, durante sua trajetória no filme, o rapaz que era pouco adepto a regras se torna um defensor das tradições e da corporação militar. Com essa trama é possível relacionar o interesse dos EUA em transmitir uma boa imagem de corporações militares, o que se relaciona com a época em que vários países da América Latina estavam passando por regimes militares (com o apoio dos EUA). Além disso, é frisada a importância de defender as tradições e os valores e retratados no filme, ou seja, norte-americanos. Dessa forma, filmes como “A paixão de uma Vida” eram exibidos no Brasil dentro da lógica do imperialismo cultural, uma vez que frisavam a importância de manter os valores da tradição americana capitalista e apoiavam, indiretamente, corporações militares que se relacionavam aos regimes militares em que a América Latina estava inserida. Assim, o objetivo dos EUA, que patrocinava tais regimes, era de influenciar seus vizinhos

latino-americanos a não seguirem a ideologia comunista, influenciando-os a adotarem uma postura anticomunista (KANECO, 2021).

No âmbito cinematográfico é válido citar também *Hollywood* que surgiu como um importante centro dessa indústria em Los Angeles na década de 1930 e rapidamente se tornou sinônimo da indústria do entretenimento em geral. Como epicentro global da produção cinematográfica e do entretenimento, *Hollywood* se configurou como uma importante força cultural, pois desempenhava um papel fundamental no imperialismo cultural norte-americano no Brasil, moldando a maneira como os brasileiros percebiam os valores culturais. Dessa forma, contando com a popularização da televisão no Brasil:

Na década de 1950, além de certa continuidade na exibição de filmes de guerra, *Hollywood* já fazia películas cujos objetivos, ainda que velados, eram a desmoralização do mundo socialista e a supervalorização da chamada "civilização ocidental e cristã", da qual os USA se colocavam como legítimo representante e defensor, e que naquele momento era identificada com o sistema capitalista (ALVES, 2004, p. 129).

Portanto, ao abordar esses exemplos emblemáticos, fica evidente como a indústria do entretenimento e os símbolos do capitalismo dos Estados Unidos exerceram influência significativa sobre a cultura e a sociedade brasileira da época. Através do marketing cultural da *Disney* e do personagem Zé Carioca, ficou claro como as narrativas e os valores norte-americanos foram incorporados à cultura brasileira de maneira sutil, moldando as aspirações e percepções, principalmente das gerações mais jovens. A presença do *McDonald's*, como uma poderosa multinacional, enfatizou como marcas comerciais podem se tornar ícones do capitalismo global, estabelecendo paralelos entre consumo e identidade. *Hollywood*, por sua vez, surgiu como um dos exemplos mais marcantes de como os filmes estadunidenses permearam a sociedade brasileira, influenciando modas, estilos de vida e até mesmo a própria língua. Desse modo, é nítido como os meios de comunicação, através de suas representações culturais, serviram como veículos eficazes de disseminação de ideias, valores e modos de vida da cultura dominante. O imperialismo cultural estadunidense não apenas influenciou a produção e o consumo de entretenimento no Brasil, mas também desempenhou um papel na formação da identidade coletiva, levantando questões sobre autenticidade cultural, independência e a complexa interação entre nações no cenário global.

3.3 REAÇÕES E RESPOSTAS BRASILEIRAS À INFLUÊNCIA CULTURAL NORTE-AMERICANA

Ficou clara, ao longo do trabalho, toda a influência cultural exercida pelos EUA no Brasil durante o período da Guerra Fria. Entretanto, é notório e importante ressaltar que essa influência não ocorreu sem contestações e resistências. Movimentos sociais, intelectuais e culturais surgiram, na década de 1960, em prol da preservação da identidade nacional e com o objetivo de rejeitar a homogeneização cultural influenciada pelo imperialismo. Essa resistência evidenciou a complexidade das relações entre os Estados Unidos e o Brasil, mostrando que a dinâmica de poder está sempre sujeita a negociações, lutas e adaptações. Assim, segundo Alves (2004), no contexto de grandes mudanças do século, como o aumento dos meios de comunicação na América do Sul, ocorreu a predominância dos elementos da cultura dominante estadunidense que passaram a ser percebidos como superiores e ideais, gerando uma marginalização da cultura brasileira. Ainda, os veículos de comunicação, juntamente com o processo de globalização, fizeram emergir o “cidadão global”, indivíduo que transcende os padrões de identidades locais e nacionais e se identifica como parte de uma sociedade global. Vale ressaltar que apesar de toda a complexidade do termo, ser um cidadão global no contexto contemporâneo implica a perda de parte da identidade do indivíduo, uma vez que valores e tradições locais costumam ser suprimidos em favor de uma cultura global dominante.

Em contrapartida ao surgimento do cidadão global, diversos jovens brasileiros na época, caracterizados pela postura de crítica aos valores da sociedade do consumo, se manifestaram através de movimentos de repúdio aos ideais burgueses e à toda forma de violência, repressão, discriminação e consumismo. Esses jovens de classe média rompiam com os valores tradicionais de família, partido e religião. Apesar disso, “Como representavam, no entanto, mais um movimento de desobediência civil do que uma revolução, por um lado eram vistos como perigosos pela burguesia e, por outro, com desconfiança pela esquerda, que os considerava ‘filhinhos de papai’” (ALVES, 2004, p. 137).

Tais movimentos tinham assim a sua importância minimizada, além de serem ridicularizados nos programas de televisão da época. As reações anti-imperialistas não eram favoráveis ao governo brasileiro, que se beneficiava com o investimento estrangeiro vindo dos EUA, e tampouco para os Estados Unidos, que queriam espalhar sua ideologia, e por isso eram reprimidas. Nessa época, o Brasil, assim como muitos outros países em

desenvolvimento, estava em um cenário de busca por sua própria identidade nacional enquanto lidava com as pressões e interesses das superpotências.

A influência norte-americana, manifestada através da cultura, começou a penetrar nas esferas da sociedade brasileira e isso era percebido como uma ameaça à cultura local e à preservação da identidade nacional. Um dos pontos centrais de resistência à essa influência foi a defesa dos valores e tradições brasileiros. Isso se refletiu, por exemplo, na promoção da música popular brasileira, como a bossa nova e o samba, que eram vistos como uma alternativa autêntica à música pop estrangeira. Artistas como Tom Jobim, João Gilberto e Vinícius de Moraes ganharam destaque ao celebrar a riqueza da cultura musical brasileira (ALVES, 2004). No âmbito do cinema, também houve uma busca por produções que explorassem a realidade social e política brasileira, em contraposição aos filmes de *Hollywood*.

Figura 5- Marcha contra a Guitarra Elétrica no centro de São Paulo (1967)



Fonte: Jornal da Unicamp (2023).

Retirado de: <https://www.unicamp.br/unicamp/ju/689/um-banquinho-e-por-que-nao-uma-guitarra>

Além disso, em 1967 ocorreu na cidade de São Paulo a “Marcha Contra a Guitarra Elétrica” que contou com a presença de vários artistas e foi liderada pela cantora Elis Regina. Esse evento simbólico foi uma forma de protesto organizado por estudantes, artistas e intelectuais da época, que tinham como objetivo expressar descontentamento sobre a crescente influência cultural norte-americana no país, especialmente na área do *rock* e ao

instrumento da guitarra elétrica, que estavam se tornando populares no país. Na década de 1960, a música estrangeira, sobretudo, os *Beatles*, dominava as rádios brasileiras. Assim, muitos participantes enxergavam a guitarra elétrica como um símbolo do imperialismo cultural estadunidense, uma vez que esse instrumento estava associado a ícones da cultura do *rock* dos Estados Unidos (MONTEIRO, 2020). Assim, os organizadores da marcha acreditavam que essa influência cultural estrangeira estava comprometendo a identidade cultural brasileira e minando os valores tradicionais do país. Vale ressaltar também que além da questão cultural, a marcha também abordou temas políticos e sociais, como a ditadura militar que estava em vigor no Brasil na época e a repressão às manifestações artísticas e culturais consideradas subversivas pelo governo. Desse modo, a marcha foi uma forma de protesto contra a censura, a falta de liberdade de expressão e a perda da identidade cultural nacional (BRAMBILLA, 2020). No entanto, é importante notar que a resistência ao imperialismo cultural não significou necessariamente o isolamento completo do Brasil em relação à cultura estrangeira. Elementos da cultura estadunidense foram incorporados e reinterpretados de diversas maneiras no contexto brasileiro, como mostrado na seção anterior.

Portanto, fica claro que apesar dos movimentos populares contra o imperialismo cultural no Brasil, os Estados Unidos tiveram grande influência no modo de vida brasileiro durante o contexto da Guerra Fria. Os movimentos de resistência representavam uma tentativa de preservar e fortalecer a identidade brasileira, através da promoção de artistas brasileiros e da valorização das tradições locais, frente à homogeneização cultural influenciada pelos Estados Unidos. Assim, o objetivo era resgatar aspectos autênticos da cultura nacional, contrapondo-se à influência cultural estadunidense. Portanto, essa dinâmica complexa ressalta como os fluxos culturais globais podem afetar profundamente as sociedades, mesmo quando enfrentam oposição local.

CONCLUSÃO

Pela pesquisa feita nessa monografia, observou-se que o fenômeno do imperialismo atravessou diferentes contextos históricos e foi compreendido através de diferentes perspectivas. Primeiramente, o imperialismo de Lenin, no início do Século XX, enfatizou seu foco na exploração econômica de nações colonizadas e na rivalidade entre potências imperialistas. Ele dizia que o capitalismo monopolista levava ao imperialismo, descrito como sendo a busca de mercados externos e a maximização de lucros. Já na segunda metade do século XX, os autores sobre o imperialismo contemporâneo observaram o fenômeno com uma nova lente, pois notaram transformações marcantes. Eles perceberam que o neoliberalismo e a globalização estavam desempenhando papéis cruciais nesse cenário, de forma que empresas transnacionais buscavam expandir sua influência e controle sobre recursos naturais e sobre os mercados internacionais. Ou seja, não se tratava mais apenas de uma influência militar e direta sobre os países atingidos. Por fim, uma nova formulação sobre o imperialismo emergiu no século XXI para explicar eventos que já aconteciam no século XX: o imperialismo cultural. Tal forma de dominação se refere a influência de culturas dominantes sobre determinada(s) sociedade(s), por meio da difusão de conteúdos ideológicos, como através de indústrias do entretenimento, da mídia e de empresas transnacionais, que influenciam o modo de vida dessas sociedades. Essa influência corresponde à uma ação planejada do Estado dominante que visa espalhar e fazer valer seus interesses políticos e econômicos sobre outras nações, moldando a forma como os indivíduos percebem a si mesmos e aos outros.

Logo, é perceptível uma semelhança conceitual com o termo de hegemonia trazido por Gramsci quando aplicado nas Relações Internacionais. Isso, pois segundo sua explicação, a hegemonia refere-se a uma classe ou Estado dominante que busca influenciar as crenças e comportamentos de outros indivíduos ou países periféricos, através de instituições sociais, chamadas por ele de sociedade civil. Desse modo, a partir da combinação da força e do consentimento, os países centrais conseguem exercer influência nos países periféricos para que continuem em posição de dominados no sistema internacional.

Na literatura de Relações Internacionais os conceitos de imperialismo, hegemonia e *soft power* entrelaçam-se para explicar a dinâmica que ocorre na ordem internacional sob a dominação de uma potência. O termo imperialismo, frequentemente utilizado por pensadores marxistas, enfatiza o uso coercitivo do poder, muitas vezes envolvendo a ocupação militar e a imposição de sua autoridade. No entanto, na abordagem contemporânea, o conceito de

imperialismo evoluiu para incluir formas mais sutis de influência, como a econômica e a cultural. Já o conceito neogramsciano de hegemonia, amplamente utilizado por teóricos críticos, foca em elementos de coerção e consentimento presentes no sistema internacional, como regras, normas e instituições, de forma que os países centrais as moldam segundo seus interesses e valores e atraem outras nações a aderirem voluntariamente a essa liderança. Ainda, como o conceito está minuciosamente ligado à ampla concepção de Estado, a dominação hegemônica pode ocorrer também por meio da coerção ou do controle político direto. Apesar disso, o foco é que ocorra principalmente através da influência cultural e ideológica. Por fim, o *soft power*, termo cunhado por Joseph Nye, trata-se de um poder brando que não é exercido através de meios coercitivos. O termo diz respeito à capacidade de um país ou ator internacional atrair e persuadir os outros a seguirem suas vontades e adotarem seus valores sem nenhuma forma de força envolvida.

Em conjunto, esses conceitos destacam as várias formas pelas quais as potências ou as classes dominantes buscam exercer influência e controlar a ordem internacional. A interconexão entre imperialismo, hegemonia e *soft power* revela que a dominação global não se limita apenas à força militar, mas também é moldada pela economia, cultura, ideias e instituições internacionais. Desse modo, durante o período da Guerra Fria, os termos podem ser aplicados para descrever a posição dos EUA como país dominante sobre o Brasil, uma vez que o país exercia sua influência tanto por meio de práticas imperialistas quanto hegemônicas. Vale ressaltar também que o conceito de *soft power* torna-se muito limitado para a explicação da complexa dominação que ocorreu no sistema internacional durante o conflito bipolar e por isso não foi o foco da análise.

Sendo assim, durante a Guerra Fria os Estados Unidos procuraram disseminar sua cultura e seus valores em todo o mundo, incluindo no Brasil, como forma de conter o comunismo e conquistar a simpatia das pessoas e das elites locais. Para isso, eles utilizaram uma variedade de estratégias, como a abertura de multinacionais americanas em solo brasileiro e o investimento financeiro em meios de comunicação, como o rádio e a televisão, que estavam em ascensão no país latino. As multinacionais estrangeiras instaladas no Brasil disseminavam o modo de vida estadunidense através da difusão de seus produtos, da padronização da produção (com métodos de gestão da cultura dos EUA) e da tecnologia e inovação. Além disso, os meios de comunicação se tornaram também ferramentas essenciais para a difusão do *american way of life*, principalmente a partir da década de 1940. Através deles imagens, programas, filmes e transmissões no geral divulgavam produtos e o modo de

vida ocidental como o ideal a ser seguido. Essa confluência de fatores não apenas moldou os hábitos de consumo da população brasileira, mas também influenciou os valores e a percepção cultural, contribuindo para a construção de uma identidade que carregava traços da cultura estadunidense.

O rádio e a televisão foram os principais veículos de comunicação, que serviram como instrumentos de geopolítica, utilizados como parte da estratégia norte-americana de construção de uma imagem positiva do país no exterior. O objetivo nas transmissões era persuadir o povo brasileiro a crer que o modelo capitalista era o melhor a ser seguido e assim servir de inspiração. Desse modo, os governos que sucederam o golpe militar no Brasil incentivavam a difusão dos meios de comunicação, pois assim seriam transmitidos programas a favor do regime militar. Além disso, como tais veículos de comunicação eram financiados pelos EUA, neles também ocorria a divulgação de seus próprios produtos. Assim, o objetivo da elite local brasileira somada à elite estadunidense consistia em interligar todo o Brasil através de divulgações que gerariam uma padronização de ideias e comportamentos. Consequentemente, o impacto desses meios de comunicação foi profundo no processo de formação da opinião pública e na construção de uma visão de mundo alinhada aos interesses e valores dos Estados Unidos. Dessa forma, através das telas das televisões, das páginas das revistas e dos programas de rádio, as mensagens propagadas transmitiam uma visão favorável ao modelo de sociedade capitalista, o que contribuía para reforçar a ideia de que o estilo de vida americano era sinônimo de modernidade e sucesso.

Com o imperialismo cultural estadunidense influenciando grande parte da população do Brasil, movimentos sociais anti-imperialistas emergiram com o objetivo de preservar a identidade nacional e rejeitar a padronização e homogeneização cultural que estava ocorrendo no país. Entretanto, esses movimentos tinham sua importância ridicularizada na televisão, por exemplo, pois não eram favoráveis ao governo brasileiro e nem ao governo americano.

Portanto, a presença das multinacionais e dos meios de comunicação estrangeiros no Brasil durante a Guerra Fria foi crucial para a formação de uma identidade cultural complexa, influenciada por forças globais. Na América Latina os Estados Unidos assumiram a dianteira no aspecto cultural de dominação, visando disseminar seu estilo de vida, influenciando seus vizinhos sul-americanos a romperem com quaisquer princípios comunistas. Isso se manifestou por meio do financiamento de ampla quantidade de produtos e meios de comunicação que emergiam na região. Essa estratégia não somente promoveu o consumo de bens e ideias associados ao capitalismo, mas também exerceu uma influência significativa na maneira

como os indivíduos concebiam aspirações e valores, criando uma influência cultural duradoura que ultrapassou fronteiras nacionais. Desse modo, fica clara a estreita relação entre a cultura e as relações internacionais, uma vez que a globalização permite o entrelaçamento e a interação entre as culturas que redefine espaços culturais locais. Fica evidente então a dinâmica interconectada entre a influência cultural, o poder econômico e a construção das identidades culturais em um mundo cada vez mais globalizado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Júlia Falivene. **A invasão cultural norte-americana**. Editora Moderna, 2004.

ANAZ, Sílvio Antonio Luiz. **Imperialismo Cultural: a Falibilidade do Paradigma Clássico da Comunicação**. Intercom–Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, Minas Gerais, 2012.

“**ALÔ, AMIGOS!**”. Direção de Jack Kinney, Bill Roberts, Hamilton Luske e Wilfred Jackson. Estados Unidos: Walt Disney Animation Studios, 1942. Animação (42 min).

“**A PAIXÃO DE UMA VIDA**”. Direção de John Ford. Estados Unidos: Edward Hope, 1955. Filme (138 min).

ARCARY, Valério. **Lênin, imperialismo e revoluções. Lutas Sociais**, n. 13/14, p. 122-132, 2005.

ARNALDI, Paulo Roberto Colombo; ARNALDI, Eva Adourian Colombo. **Internacionalização da economia, globalização e as empresas multinacionais**. Revista Paradigma, n. 17, 2004.

BATALHA, Ettore Schimid. **O Orientalismo, ou a afirmação do Discurso Hegemônico do Ocidente: Orientalism, or the affirmation of the Western Hegemonic Discourse**. Argumentos-Revista do Departamento de Ciências Sociais da Unimontes, v. 14, n. 2, p. 177-198, 2017.

BERNÔTIAS, São Bernardo do Campo, 7 de dezembro de 2019. Disponível em: https://www.facebook.com/tvsaobernardo/posts/2379542735691998/?locale=pt_BR. Acesso em: 24 de agosto de 2023.

BIAGI, Orivaldo Leme. **O imaginário da Guerra Fria**. Revista de história regional, 2001.

BIDARRA, Beatriz Soares et al. **Mídia e integração da América Latina a partir da presença geopolítica das empresas jornalísticas**. Revista Latinoamericana de Ciencias de la Comunicación, v. 15, n. 28, 2018.

BORDO, Michael D.; EICHENGREEN, Barry (Ed.). **A retrospective on the Bretton Woods system: lessons for international monetary reform**. University of Chicago Press, 2007.

BRAGA, Paulo Romeu. **Os interesses econômicos dos Estados Unidos e a segurança interna no Brasil entre 1946 e 1964: uma análise sobre os limites entre diplomacia coercitiva e operações encobertas**. Revista Brasileira de Política Internacional, v. 45, p. 46-65, 2002.

BRAMBILLA, Edemilson; SAGGIORATO, Alexandre. **A CONTRACULTURA SONORA DO ROCK BRASILEIRO DA DÉCADA DE 1970**. Salão do Conhecimento, v. 6, n. 6, 2020.

CASTRO, Gabriel Sandino; REIS, Claudio. **GRAMSCI, HEGEMONIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS**, 2012.

COX, Robert W. **Gramsci, hegemony and international relations: an essay in method.** Millennium, v. 12, n. 2, p. 162-175, 1983.

CRAMER, Gisela. **La geopolítica de la radiodifusión: Estados Unidos y la radio latinoamericana durante la Segunda Guerra Mundial.** Claves. Revista de Historia, v. 2, n. 3, p. 133-161, 2016.

CUCHE, D. **A noção de cultura nas ciências sociais.** Bauru: Edusc, 1999.

DE CARVALHO, JOSÉ JORGE. **Imperialismo cultural hoje: uma questão silenciada.** Revista USP, n. 32, p. 66-89, 1996.

DE GODOY OLIVEIRA, Gabriela Macetti. **Teoria da dependência: reconstrução e reflexões sobre o contexto contemporâneo.** Primeiros Estudos, n. 6, p. 102-122, 2014, do Instituto de Humanidades, v. 7, n. 27, p. 35-46, 2008.

DO NASCIMENTO BARBOSA, Wilson. **Neocolonialismo: Um Conceito Atual?.** Sankofa (São Paulo), v. 4, n. 8, p. 7-11, 2011.

DUPAS, Gilberto. **Hegemonia norte-americana, governabilidade global e impasses nos grandes países da periferia.** Contexto Internacional, v. 25, p. 273-295, 2003.

FERNANDES, Luis Eduardo Rocha Maia. **Lênin e o Imperialismo contemporâneo Germinal: marxismo e educação em debate,** v. 12, n. 2, p. 69-85, 2020.

FERREIRA, Alexandre Maccari. **A produção Disney em época de Segunda Guerra Mundial: cinema, história e propaganda.** ANPUH-XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA-São Leopoldo, 2007.

FERREIRA, Camila Manduca. **Zé Carioca: um papagaio na periferia do capitalismo.** Revista Novos Rumos, v. 49, n. 1, 2012.

FERREIRA, Lizandra Gonçalves. **As relações entre Brasil e Estados Unidos durante o Regime Militar,** 2018.

FINARDI, Kyria Rebeca; PORCINO, Maria Carolina. **Tecnologia e metodologia no ensino de inglês: impactos da globalização e da internacionalização.** Ilha do Desterro A Journal of English Language, Literatures in English and Cultural Studies, n. 66, p. 239-284, 2014.

FONTENELLE, Isleide Arruda. **Iusões de modernidade: o fetiche da marca McDonald's no Brasil.** Psicologia & Sociedade, v. 18, p. 38-46, 2006.

FOSTER, John Bellamy. **Late imperialism.** Monthly Review, v. 71, n. 3, p. 9-10, 2019.

GARCIA, Ana Saggiaro. **Hegemonia e imperialismo: caracterizações da ordem mundial capitalista após a Segunda Guerra Mundial.** Contexto Internacional, v. 32, p. 155-177, 2010.

GEERTZ, Clifford. **O impacto do conceito de cultura sobre o conceito de homem,** 1989.

GESTEIRA, Luiz André Maia Guimarães. **A Guerra Fria e as ditaduras militares na América do Sul**. Scientia Plena, v. 10, n. 12, 2014.

GIRELLI, Luciana Silvestre. **A lógica cultural do capitalismo contemporâneo a partir da obra de Fredric Jameson**. 2015.

GOMICHO, Maxime. **Joseph Nye on soft power**. E-International relations students, v. 8, 2013.

JUSTO, Hirã Soares. **O QUE PODEMOS APRENDER COM ZÉ CARIOCA?**. Entropia, v. 1, n. 2, p. 75-89, 2017.

KANECO, Eduardo. **A paixão de uma vida**. Leitura fílmica, 2021. Disponível em: <https://leiturafilmica.com.br/a-paixao-de-uma-vida/>

LARAIA, Roque de Barros, 1932. **Cultura: um conceito antropológico**. 14. ed. Rio de Janeiro: Jorge "Zahar" Editora, 2013.

LENIN, Vladimir Ilitch. **Imperialismo, estágio superior do capitalismo**. Boitempo Editorial, 2021.

LIEDTKE, Paulo Fernando. **A marca Mc Donald's na sociedade de imagens: mídia e cultura no capitalismo em crise**. Em Tese, v. 1, n. 2, p. 122-152, 2004.

MAGDOFF, Harry. **Imperialism: From the colonial age to the present**. NYU Press, 1978.

MATTELART, Armand e Michele. **História das Teorias da Comunicação**. São Paulo: Loyola, 2006.

MATEUS, Felipe. **“Um banquinho e, por que não, uma guitarra”**. Jornal da Unicamp. Edição 689. Campinas, 02 de julho de 2023.

MENDES, Ricardo Antonio Souza. **Pensando a Revolução Cubana: nacionalismo, política bifurcada e exportação da Revolução**. Revista Eletrônica da ANPHLAC, n. 8, 2009.

MONTEIRO, José Fernando Saroba et al. **Festivais RTP e festivais da MPB: entre a tradição e a modernidade (1964-1975)**. 2020.

NYE, Joseph S. **Soft power: The means to success in world politics**. Public affairs, 2004.

PADILHA, Eduardo de Vargas. **A crítica ao agendamento midiático durante a Guerra Fria em Batman-o cavaleiro das trevas**, 2019.

PALLUDETO, Alex Wilhans Antonio; ANDRADE, Rogerio P. de. **O capital monopolista-financeiro e a grande recessão**. 2014.

PARANÁ, Edemilson; DA SILVA, Lucas Trindade. **A pertinência do conceito de capital financeiro em Lenin para uma leitura do capitalismo contemporâneo**. Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas, v. 14, n. 1, p. 46-78, 2020.

PARMAR, Inderjeet; COX, Michael (Ed.). **Soft power and US foreign policy: theoretical, historical and contemporary perspectives**. Routledge, 2010.

PEREIRA, G. T. **A diplomacia da americanização de Salvador de Mendonça (1889-1898)**. São Paulo: Cultura Acadêmica. 2009.

PASSOS, Rodrigo Duarte Fernandes dos. **Gramsci e a teoria crítica das relações internacionais**. Revista Novos Rumos, p. 01-19, 2013.

RAPOSO, Patrícia Maria da Silva. **Korean-wave: Agencialidade e Soft Power ou Replicação da Hegemonia Cultural Norte-americana?**. 2023. Tese de Doutorado.

RIZZOTTO, Carla Candida. **O imperialismo cultural: breve análise da influência dos EUA na mídia latino-americana**, 2008.

RODRIGUES, Ana M.; OLIVEIRA, Cristina Maria V. Camilo; FREITAS, M. Cristina V. **Globalização, cultura e sociedade da informação**. 2001.

RODRÍGUEZ ARIZPE, Manuel. **Efectos del imperialismo cultural estadounidense en América Latina a partir del fenómeno de la globalización**. 2013. Trabalho de Conclusão de Curso. San Pedro Garza García: UDEM.

SADER; MARINI, R. M. (1973). **“Dialética da dependência”**. In: **Dialética da dependência**. Uma ontologia da obra de Ruy Mauro Marini. Petrópolis, Editora Vozes.

SCHILLER, Herbert I. **Revival: Communication and Cultural Domination** (1976). Routledge, 2019.

SILVA, Daniel Neves. **"Golpe Militar de 1964 e o início da ditadura no Brasil"**; Brasil Escola, 2020. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/historiab/golpe-militar.htm>. Acesso em 28 de julho de 2023.

TILIO, Rogério Casanovas. **Reflexões acerca do conceito de cultura**. Revista Eletrônica.

TOTA, Antonio Pedro. **A sedução do Brasil: A americanização do Brasil durante a Segunda Guerra Mundial**. University of Texas Press, 2009.

VIANA, Julia Ribas. **Capitão América na Guerra Fria: A Construção do Anticomunismo como Estratégia de Política Externa Estadunidense**. Relações Internacionais-Florianópolis, 2020.

WESSON, Robert G. **A Nova Política Externa dos Estados Unidos**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

